

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

JÚLIA REBONATO DE SOUZA

**A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS JURADOS
NOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI EM CACOAL-RO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2016**

JÚLIA REBONATO DE SOUZA

**A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS JURADOS
NOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI EM CACOAL-RO**

Monografia apresentada ao curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor M.e Gilson Tetsuo Miyakava.

**CACOAL - RO
2016**

A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS JURADOS NOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JURI EM CACOAL-RO

JÚLIA REBONATO DE SOUZA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Me Gilson Tetsuo Miyakava - UNIR - Presidente

Professora M.^a - UNIR - Membro

Professor M.e - UNIR - Membro

Conceito: 91

Cacoal, 07 de julho de 2016.

O presente trabalho é dedicado aos meus pais Carismar e Marilda. Em especial, ao meu pai, por sempre extrair o melhor de mim, por meio de desafios aos quais me submete. À minha querida irmã Beatriz, e aos meus avós Odete e Carisvaldo, por vibrarem com minhas vitórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me ajudar nos momentos difíceis e por permitir que finalizasse mais uma etapa de minha vida.

Ao meu orientador, Professor Gilson Myiakava, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos.

Ao Professor Rogério, pela ajuda na parte de estatística deste trabalho.

Aos meus melhores amigos Arnon Gavioli e Bárbara Dellani, por toda compreensão que tiveram comigo nesta fase final do curso e todo apoio emocional e intelectual que me deram.

RESUMO

O presente trabalho aborda a influência do perfil socioeconômico dos jurados nos veredictos do Tribunal do júri de Cacoal- RO. Tal influência é apresentada através de dados estatísticos que revelam o percentual de condenações e absolvições proferidas dentro de cada classe social. De posse de tais dados, confrontam-se esses percentuais condenatórios e absolutórios com outros fatores também levantados em pesquisa como: gênero, faixa etária, origem e conhecimento jurídico. Tal cruzamento de dados tem por objetivo verificar se a probabilidade de condenações e absolvições proferidas pelas referidas classes sociais ainda persistem quando analisadas em conjunto com esses outros fatores. Com o escopo de promover a análise e desenvolvimento do tema proposto e, a partir do estudo de princípios, leis ou teorias apontadas, o método utilizado terá como base o raciocínio hipotético dedutivo, através da pesquisa aplicada.

Palavras-chave: Influência socioeconômica. Veredictos. Tribunal do júri.

ABSTRACT

This article is about how the socioeconomic profile of jurors can influence the verdicts in court within Cacoal-RO. This influence is demonstrated by statistical data showing the percentage of convictions and acquittals within each social class. With such data, the percentage of convictions and acquittals confronts with other factors such as gender, age, origin and legal knowledge. The purpose of this exchange of data is to check the probability of convictions and acquittals given by these social classes would still persist when analyzed in conjunction with these other factors. With the aim of promoting the analysis and development of the proposed topic, and from the study of principles, laws or theories identified, the method to be applied for this research will be based on deductive hypothetical reasoning.

KEYWORDS: Socioeconomic influence. Verdicts. Jury.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - PERCENTUAL DO TOTAL DE HOMENS E MULHERES.....	28
GRÁFICO 02 - PERCENTUAL QUANTO À IDADE DOS JURADOS	29
GRÁFICO 03 - PERCENTUAL DE JURADOS POR REGIÃO DE ORIGEM....	30
GRÁFICO 04 - PERCENTUAL DE JURADOS POR TIPO DE EMPREGO	32
GRÁFICO 05 - PERCENTUAL DE JURADOS POR QUANTIDADE DE SALÁRIO MÍNIMO QUE RECEBEM	33
GRÁFICO 06 - PERCENTUAL DE JURADOS QUANTO AO CONHECIMENTO JURÍDICO	34
GRÁFICO 07 - PERCENTUAL QUANTO AO MOTIVO DO CONHECIMENTO JURÍDICO DO JURADO	34
GRÁFICO 08 - PREDISPOSIÇÃO A CONDENAR OU ABSOLVER O RÉU ...	37
GRÁFICO 09 - PERCENTUAL DE INFLUÊNCIA QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS DO RÉU NO JULGAMENTO	38
GRÁFICO 10 - PERCENTUAL QUANTO À INFLUÊNCIA DA ORATÓRIA DO PROMOTOR E DO ADVOGADO NO VEREDICTO DO JURADO	40
GRÁFICO 11 - PERCENTUAL DE CADA CLASSE SOCIAL QUE COMPÕS JÚRI	46
GRÁFICO 12 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS NO JÚRI.....	45
GRÁFICO 13 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES DENTRO DE CADA CLASSE SOCIAL	46
GRÁFICO 14 - PERCENTUAL GERAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES POR JURADOS COM E SEM CONHECIMENTO JURÍDICO	47

GRÁFICO 15 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES POR CLASSE SOCIAL DOS JURADOS COM E SEM CONHECIMENTO JURÍDICO	48
GRÁFICO 16 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS POR JURADOS COM E SEM CONHECIMENTO JURÍDICO, DENTRO DE CADA CLASSE SOCIAL	50
GRÁFICO 17 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS POR HOMENS E MULHERES DENTRO DE CADA CLASSE SOCIAL	51
GRÁFICO 18 - PERCENTUAL GERAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDA POR JURADOS ENTRE 18 E 35 ANOS E COM MAIS DE 35 ANOS.....	52
GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS POR JURADOS ENTRE 18 E 35 ANOS E COM MAIS DE 35 ANOS DENTRO DE CADA CLASSE SOCIAL	53
GRÁFICO 20 - PERCENTUAL GERAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS POR JURADOS QUE TRABALHAM EM EMPREGO PÚBLICO E EMPREGO PRIVADO	55
GRÁFICO 21 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS POR JURADOS QUE TRABALHAM EM EMPREGO PÚBLICO E PRIVADO DENTRO DE CADA CLASSE SOCIAL	56
GRÁFICO 22 - PERCENTUAL GERAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS POR JURADOS DE ACORDO COM AS SUAS REGIÕES DE ORIGEM.....	57
GRÁFICO 23 - PERCENTUAL DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES PROFERIDAS POR JURADOS DE ACORDO COM SUA REGIÃO DE ORIGEM DENTRO DE CADA CLASSE SOCIAL.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRIBUNAL DO JÚRI	14
1.1 HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JURI	14
1.2 SISTEMÁTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI - SELEÇÃO DOS JURADOS E SUA FUNÇÃO	18
1.3 O JURADO COMO SOCIEDADE E SUA COMPOSIÇÃO MISTA	23
 2 ANÁLISE DO PERFIL DOS JURADOS DE CACOAL	 27
2.1 O SEXO DOS JURADOS.....	28
2.2 A FAIXA ETÁRIA DOS JURADOS.....	29
2.3 A REGIÃO ONDE OS JURADOS NASCERAM	30
2.4 TIPO DE EMPREGO EM QUE OS JURADOS TRABALHAM.....	32
2.5 RENDA MENSAL DOS JURADOS	33
2.6 CONHECIMENTO JURÍDICO DOS JURADOS	34
2.7 PRÉVIA DISPOSIÇÃO DO JURADO A CONDENAR OU ABSOLVER ANTES DE OUIR OS ARGUMENTOS DO PROMOTOR E DO ADVOGADO	35
2.8 CARACTERÍSTICAS DO RÉU PODEM INFLUENCIAR NO JULGAMENTO	37
2.9 A INFLUÊNCIA DA ORATÓRIA DO PROMOTOR E DO ADVOGADO NO VEREDICTO DO JURADO	39
2.10 PERSPECTIVA E EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS PELO QUESTIONÁRIO	42
 3 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS JURADOS NOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI DE CACOAL – RO	 43
3.1 ÍNDICE DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES DE ACORDO COM CADA CLASSE SOCIAL	45
3.2 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO JURÍDICO DOS JURADOS	47
3.3 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO AO GÊNERO DOS JURADOS	49
3.4 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO À IDADE DOS JURADOS	52
3.5 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO AO TIPO DE EMPREGO DOS JURADOS	54
3.6 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO À REGIÃO	56
ONDE NASCERAM OS JURADOS	56

CONSIDERAÇÕES FINAIS59
REFERÊNCIAS.....62
APÊNDICE.....64

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordará a influência do perfil dos jurados, as similitudes e diferenças nas mais diversas doutrinas que tratam da Instituição do Júri, abordada principalmente como pesquisa de campo na Vara do Júri de Cacoal, Rondônia.

A finalidade do Júri é o julgamento pelos pares, ou seja, os iguais devem julgar os iguais. Porém, em alguns momentos do julgamento do processo, este corpo de jurados aparenta entrar em plenário impregnado de influências externas, demonstrando predisposição a condenar ou absolver o réu, fazendo crer que tais influências acabam por impedir este jurado de analisar fidedignamente a situação real do Réu que está sendo julgado.

Com isso, o presente trabalho buscará estabelecer um referencial quanto à influência do perfil socioeconômico do jurado, buscando-se nexos e relações desses perfis socioeconômicos com o resultado dos julgamentos.

De modo geral, o trabalho buscará estabelecer um referencial aos promotores e advogados atuantes do Tribunal do Júri de Cacoal quanto ao perfil dos jurados, podendo também servir para orientação de decisão de recusa nas sessões de julgamento, além do conhecimento de posturas, gestual e discursos não bem recepcionados pelo conselho de sentença.

A análise será voltada para aquilatar se existe relação entre a condição socioeconômica do jurado com o resultado dos julgamentos, confirmando ou não a hipótese acima lançada, que equivale à visão estereotipada das pessoas em relação aos jurados.

A despeito disso, surge a consciência da importância do papel do jurado na decisão de condenar ou absolver o réu do crime que lhe está sendo imputado. Deste modo, o trabalho terá três capítulos.

Inicialmente, abordará a história do tribunal do Tribunal do Júri, sua evolução e previsão constitucional, bem como apresentará a sistemática do Tribunal do Júri, a seleção dos jurados e sua função. Para a melhor compreensão do papel do jurado, será abordada uma visão do jurado como sociedade e a sua composição mista.

No segundo capítulo, será apresentada a análise do perfil dos jurados de Cacoal-RO, através de gráficos e todos os dados que foram levantados. Também será citado, neste capítulo, as diversas doutrinas que falam sobre tendência de julgamento no Tribunal do Júri em razão de faixa etária, gênero, tipo de emprego e condição socioeconômica dos jurados.

O último capítulo está reservado para a verificação da influência do perfil socioeconômico nos veredictos do Tribunal do Júri de Cacoal-RO. Para tanto, primeiramente, será abordada uma análise quanto à predisposição condenatória e absolutória geral e, posteriormente, dentro de cada classe social. Em seguida, será levantado um percentual condenatório e absolutório dentro de cada perfil. Verificar-se-á o índice condenatório e absolutório das classes sociais dentro de cada perfil, o que permitirá concluir qual a influência do perfil socioeconômico nos veredictos do Tribunal do Júri de Cacoal-RO. Ao final do capítulo, expõem-se a perspectiva de exatidão dos referidos dados levantados.

Os cruzamentos de dados serão apresentados através de gráficos, assim como alguns entendimentos doutrinários que corroboram ou destoam com resultados obtidos pela pesquisa de campo.

Nessa esteira, fazer o levantamento do perfil dos jurados de Cacoal-RO e descobrir a influência do perfil socioeconômico destes nos veredictos proferidos, demanda um estudo prático e teórico, a partir do estudo de princípios, leis, teorias, assim como outras pesquisas. Para tanto, o método que foi empregado teve como base o raciocínio hipotético dedutivo, juntamente com a pesquisa aplicada.

Em relação ao procedimento técnico aplicado, foi utilizada a pesquisa exploratória. Deste modo, teve-se como base a pesquisa de campo, através da aplicação de questionários respondidos pelos jurados, onde foram levantados todos os dados necessários para a construção do trabalho. Porém, também foram considerados os aspectos doutrinários, os quais foram comparados com os dados e resultados obtidos das coletas de dados.

Por fim, cabe salientar que o estudo ora apresentado tem como objetivo a análise da influência do perfil socioeconômico dos jurados nos veredictos do

Tribunal do Júri de Cacoal-RO e suas repercussões. Portando, não foram objeto de análise outros desdobramentos decorrentes da exposição dos dados levantados, tampouco a análise de outras possibilidades estatísticas com relação a esses dados.

1 TRIBUNAL DO JÚRI

O Tribunal Popular é instituição prevista na Constituição da República (art. 5º, inciso XXXVIII), com competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, mas que pode ser estendida a outros crimes, dependendo de lei. A soberania das decisões do Tribunal do Júri, pelo mesmo dispositivo constitucional, é assegurada, isto é, a impossibilidade das decisões, quanto ao mérito, serem alteradas por instância judiciária superior, segundo decisão do STF – HC - RT 739/546. (BRASIL, 2008).

É composto pela conjugação da presença de um juiz com formação jurídica que preside os trabalhos e, em consonância com o que for decidido pelo Conselho de Sentença, profere a sentença, condenando ou absolvendo o réu e, na primeira hipótese, fixando a pena a ser cumprida.

Os 25 (vinte e cinco) jurados que formarão o Conselho de Sentença são sorteados de uma lista composta pela indicação de órgãos públicos, empresas privadas ou de voluntários (em razão de programa lançado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia), para exercerem o mister durante a Reunião do Tribunal do Júri (consistente de uma ou mais sessões, dependendo do número de julgamentos pendentes). Para cada julgamento, dessa lista de 25 (vinte e cinco), são sorteados 7 (sete) jurados que, se aceitos pela acusação e defesa (que podem rejeitar aprioristicamente cada um em número de três), passam a ser considerados “juízes de fato”, e, portanto, efetivos membros do Tribunal do Júri. (OLIVEIRA NETTO, 2010, p. 353).

Há possibilidade de escolha de jurados suplentes (art. 464, CPP), mas somente se, no momento da sessão, for constatado não estar presente o número mínimo de quinze para o início dos trabalhos. Se assim ocorrer, sorteiam-se tantos suplentes quantos forem necessários para atingir o número máximo de 25, designando-se nova data para a sessão de julgamento.

1.1 HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JURI

O Tribunal do Júri apresentado, na maioria das vezes como instituição inglesa, remonta à Magna Carta da Inglaterra de 1215. A propagação no mundo ocidental de um órgão judicante formado por cidadãos se apoia no preceito de que

“ninguém poderá ser detido, preso, ou despojado de seus bens, costumes e liberdades, senão em virtude de julgamento de seus pares, segundo as leis do país.”

Par, no sentido empregado pelo dispositivo, é aquele que é igual, semelhante, parceiro, reforçando que a garantia da igualdade, amparada pelo art. 5º, caput, da Constituição Federal. Está impregnada da noção de que são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, pessoas de gêneros, condições sócio-econômico-culturais diversas, não havendo exclusão de natureza censitária (bens, renda, formação superior), como antigamente estabelecera no Brasil para o exercício do sufrágio.

Nos primeiros agrupamentos sociais, indivíduos da mesma categoria organizavam e realizavam julgamentos com relação aos fatos controvertidos que ocorriam entre seus próprios integrantes. (SILVA, 2001, p. 31).

Conforme Jader Marques (2009, p. 15): “constitui uma das instituições mais antigas do processo judicial”, porém, até o ano corrente, discute-se sua origem histórica. Para José Frederico Marques (1999, p. 180): “o júri teria nascido na Inglaterra depois que o Concílio de Latrão aboliu as *ordálias* e os *juízos de Deus* Com a Revolução Francesa”, a instituição teria sido transportada para o continente, passando da França para a maioria dos países europeus.

Em outra linha, Tucci (1999, p. 22) afirma que: “(...) o embrião do tribunal popular que recebeu a denominação corrente de Tribunal do Júri se encontra em Roma, no segundo período evolutivo do processo penal, qual seja o do sistema acusatório, consubstanciado nas *questiones perpetue*.”

No que tange ao sistema acusatório Tucci (2008, p. 17):

Assim, é no sistema acusatório, com o surgimento das *quaestiones perpetuae*, que se visualizam mais nitidamente os traços da instituição do Júri como hoje a conhecemos, inclusive aproveitando a comparação feita pelo mestre pré-falado, no que se refere à forma de recrutamento (cidadãos de notória idoneidade, cujos nomes constam de lista anualmente confeccionada pelo juiz -presidente); igual denominação de jurados dada aos seus componentes; formação deste mediante sorteio; recusa de certo número de sorteados, sem necessidade de qualquer motivação; juramento dos jurados; método de votação (embora realizada secretamente), com respostas simples e objetivas - sim ou não; decisão tomada por maioria de votos; soberania do veredicto; peculiaridades da atuação do juiz-presidente; e até pouco tempo atrás, indispensabilidade de comparecimento do acusado, para realização do julgamento.

Porém, segundo M. Costa (1938 apud BRITO SILVA, 2001, p. 32): “[...] foi realmente na Inglaterra que a instituição destacou-se, onde recorria-se ao rei

questões de esbulho de posse pacífica, solicitando-lhe determinação da questão.” O caso diante da corte recebia a chamada ordem ou *writ*, a fim de que, imperativamente, fosse tomada providência sobre o assunto. Diante da ordem do rei, homens se reuniam no local dos fatos para absorverem o necessário conhecimento acerca dos mesmos, ocasião em que juravam dizer somente a verdade, surgindo desta forma o nome de jurado, ideia de veredicto e, com isso, de Júri.

A propagação do Tribunal Popular, pelo mundo, perdura com o seguinte preceito: “Ninguém poderá ser detido, preso ou despojado de seus bens costumes e liberdades, senão em virtude de julgamento de seus pares, segundo as leis do país.”

No Brasil, a origem do Tribunal do Júri deve-se à Lei de 18 de julho de 1822, cuja competência, a princípio, ficou apenas no âmbito dos delitos de liberdade de imprensa, sendo o conselho de jurados composto por 24 “juízes de fato”, tratando-se de homens destacados pela honradez, inteligência e patriotismo, sendo que a apelação oriunda desse julgamento, a competência se fazia na pessoa do príncipe. (SILVA, 2001, p. 32).

A Constituição Imperial de 25 de março de 1824 consagrou o Tribunal do Júri como ramo do Poder Judiciário e definiu nova competência, conforme o que versa os artigos 151 e 152:

Art. 151 – O Poder Judicial é independente, e será composto de Juízes e Jurados, os quais terão lugar assim no Cível como no Crime nos casos, e pelo modo, que os Códigos determinarem.

Art. 152 – Os Jurados se pronunciam sobre o fato, e os Juízes aplicam a lei.

No término do Império, em 1889, a primeira Constituição da República, inicialmente, declarou sua manutenção e, com um detalhe de elevada consideração, destacando-a como representante de garantia individual. (SILVA, 2001, p. 34).

Em 1948, a Lei nº 263 regulamentou o §28 do Art. 141 da Constituição Federal de 1946, Carta Magna que foi de fundamental importância, mormente diante da atribuição específica que conferiu à instituição, tornando-a privativa quanto aos julgamentos dos delitos dolosos contra vida. (SILVA, 2001, p. 35).

Conforme Tubenchlak (1997, p.08), em 23 de Fevereiro de 1948, foi promulgada a Lei nº 263 que regulamentou a entrada do artigo 141, § 28 da Carta Magna, no Código de Processo Penal atual. Neste sentido, afirma ainda que “Hoje, decorridas três décadas do golpe militar de 01 de Abril de 1964, e enfrentadas as

Constituições de 1967 e de 1969, permanece o Júri com suas disposições inalteradas.” (1997, p. 8).

Em 1988, o Tribunal Popular continuou com competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, mas podendo ser estendida a outros crimes, dependendo de lei.

No que se refere à competência do Tribunal do Júri, Nucci (2014, p. 682) traz que:

Incluem-se na competência do Tribunal Popular, originariamente, os seguintes delitos: homicídio simples (art. 121, *caput*), privilegiado (art. 121, §1º), qualificado (art. 121 §2º), induzimento, instigação ao auxílio a suicídio (art. 122, CP), infanticídio (art. 123, CP), e as várias formas de aborto (arts. 124, 125, 126 e 127, CP). E as formas tentadas. Além deles, naturalmente, vinculam-se os delitos conexos, aqueles que, por força da atração exercida pelo júri (arts. 76, 77, e 78, I, CPP) devem ser julgados, também, pelo Tribunal Popular.

Por fim, acrescenta-se o genocídio, cujas maneiras de execução equivalem a delitos contra vida (art. 1º, a, c e d, da Lei 2.889/56). Marques (2009, p. 25-26), relata que o Tribunal do Júri está inserido no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais da Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XXXVIII: É reconhecida a instituição do Júri com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Por veredicto, define “[...] decisão do Júri ou qualquer tribunal judiciário acerca do processo ou caso submetido ao seu julgamento.” (OLIVEIRA NETTO, 2010, p. 557). O princípio constitucional da soberania dos veredictos confere à decisão proferida pelo Conselho de Sentença um caráter de imodificabilidade, mas um entendimento do Supremo Tribunal Federal declarou que a garantia da soberania do veredicto do júri não elimina a recorribilidade decisão dos jurados (STF, HC 71.617-, 2007). Pelo mesmo dispositivo constitucional, é assegurada tal soberania diante da impossibilidade das decisões, quanto ao mérito, serem alteradas por instância judiciária superior.

Em suma, presume-se que a história é a melhor forma para compreender que a Instituição do Júri sempre revestiu a preocupação do Estado, ficando evidente,

desta maneira, a convicção de que o Tribunal popular do Júri expressa-se como instrumento de defesa da liberdade humana, referendando a garantia individual, conquanto assegurar ao réu defender-se e ser julgado diante de seus pares.

1.2 SISTEMÁTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI - SELEÇÃO DOS JURADOS E SUA FUNÇÃO

O funcionamento do Tribunal do Júri obedece à lei de organização judiciária de cada Estado (art. 453, CPP). Os jurados serão alistados anualmente pelo Juiz Presidente do Júri sob sua responsabilidade, entre cidadãos de notória idoneidade, mediante escolha por conhecimento próprio, do Magistrado, ou através de informação fidedigna.

Deve o juiz agir com critério na seleção das pessoas, procurando, nos vários segmentos da comunidade, aquelas que melhor os representem. Não significa que deve distingui-los pela posição social, nem por seu destaque na sociedade, mas apenas pela idoneidade. Recomenda-se diversificação, quando possível, de funções sociais, de modo que a sociedade esteja presente em todas as suas camadas.

O juiz requisitará às autoridades locais, associações de classe e de bairro, entidades associativas e culturais, instituições de ensino em geral, universidades, sindicatos, repartições públicas e a outros núcleos comunitários, a indicação de cidadãos que reúnam as condições legais. (art. 425, § 2º, CPP).

Em Rondônia, em conformidade com a lei, os jurados também são sorteados, (além da lista composta pela indicação de órgãos públicos, empresas privadas e voluntários), pela internet, (em razão do projeto lançado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia), para exercerem o mister durante a reunião do Tribunal do Júri. Tal Projeto do Tribunal de Justiça de Rondônia criou um mecanismo que, pela internet, sem precisar sair de casa, as pessoas da sociedade rondoniense passaram a poder alistar-se espontaneamente no grupo de "juízes leigos" que compõem os conselhos de sentença nas 23 comarcas do Estado. Esse é o Projeto Jurado Voluntário lançado pelo TJRO em 2010, para se inscrever, os interessados devem ir à página do Tribunal de Justiça (www.tjro.jus.br), clicar no banner do projeto na lateral direita, e abrir a página com a apresentação do "Jurado Voluntário". O projeto, no entanto, não acaba com a formação de listas a partir das solicitações da Justiça.

A lista geral de jurados a ser publicada até o dia 10 outubro de cada ano

poderá ser alterada de ofício, ou em virtude de reclamação de qualquer do povo, até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva (art. 426, § 1º, CPP). Da decisão do juiz que incluiu ou excluiu algum jurado, cabe recurso em sentido estrito, no prazo de 20 dias (art. 581, XIV; e art. 586, parágrafo único; CPP).

A Lei 11.689/2008 previu que o jurado, após ter integrado o Conselho de Sentença nos doze meses que antecederam a publicação da lista geral, deve ser dela excluído (art. 426, § 4º, CPP). Isso se deve ao fato de que o corpo de jurado deve ser renovado todo ano, pois, do contrário, não haveria sentido em existir o dispositivo do art. 425, *caput*, do CPP, bastando que o magistrado fizesse a seleção uma única vez, prorrogando-a indefinitivamente.

Porém, Nucci (2014, p. 709) traz que:

Entretanto, na prática, muitos juízes preferem reeditar a lista de jurados, ano após ano, terminando por estabelecer a figura do *jurado profissional*. Como já referido, não é o ideal manter alguém muito tempo atuando no júri, sem renovação, uma vez que os vícios e prejulgamentos podem terminar prejudicando a ideal imparcialidade exigida do jurado. Por outro lado, a constante renovação também pode apresentar-se prejudicial, na medida que os jurados, leigos que são, demoram a se acostumar com as teses e o funcionamento do Tribunal Popular. Com o passar do tempo, melhor ajustados ao julgamento, são substituídos.

Assim, Nucci (2014, p. 710) pensa ser o ideal, mesclar sempre o Tribunal do Júri, renovando parcialmente o corpo de jurados anualmente. Entretanto, a exclusão deveria ser temporária, e não definitiva, embora a lei indique não haver retorno.

Esta lista geral dos jurados com a indicação das respectivas profissões será publicada na imprensa e divulgada em editais afixados à porta do Tribunal do Júri. Os nomes e endereços dos alistados serão escritos em cartões idênticos, os quais, após serem verificados na presença do Ministério Público, de advogado indicado pela Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil e de defensor indicado pela Defensoria Pública, ficarão guardados em urna fechada à chave, sob a responsabilidade do juiz presidente (art. 426, § 3º, CPP). Esta fase é de grande relevo por fixar, para o ano seguinte, o corpo de jurados que julgará os crimes dolosos contra a vida na Comarca.

Da urna referida, chamada "urna geral", é que serão extraídos, por sorteio público, os nomes de 25 jurados (art. 433, CPP). De tudo se lavrará termo pelo escrivão, em livro a esse fim destinado. Esse livro é o chamado "Livro de Sorteio de Jurados", e todo cartório do Júri deverá possuir.

Os jurados sorteados serão convocados pelo correio ou por outro meio hábil para comparecer no dia e hora designados para a reunião sob as penas da lei (art. 434, CPP). A relação dos jurados convocados, os nomes dos acusados e dos procuradores das partes, além do dia, hora e local das sessões de instrução e julgamento serão afixados na porta do edifício do Tribunal do Júri (art. 435, CPP).

O serviço do júri é obrigatório e sua recusa motivada por convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos (art. 438, CPP).

Desta maneira, o Tribunal popular é composto pelo juiz togado que o preside e por 25 jurados sorteados para a sessão, e não unicamente pelo magistrado e pelo Conselho de Sentença, ou seja, 07 jurados escolhidos dentre os 25 (art. 447, CPP). Há, na realidade, 26 pessoas envolvidas no julgamento (um juiz de direito e 25 juízes leigos), dos quais, em uma segunda etapa, atinge-se o número de oito (um juiz presidente e sete jurados).

Por outro lado, para validamente começar seus trabalhos, devem reunir-se pelo menos 16 pessoas (um juiz togado e 15 jurados). Portanto, pode-se dizer que há o Tribunal do Júri pleno (26 pessoas), o Tribunal do júri mínimo (16 pessoas) e o Tribunal do Júri constituído para julgamento (08 pessoas) (Art. 463, CPP).

A sociedade, dentro desse contexto, através de 7 jurados sorteados publicamente do corpo dos 21 jurados, efetivamente comparece no Plenário do Júri na data aprazada para o julgamento do réu e decide pela absolvição ou condenação do mesmo.

Considerado serviço público relevante (art. 439, CPP), além de essencial para a formação do devido processo legal daqueles que são acusados da prática de crimes dolosos contra vida (art. 5º, XXXVIII, d, CF), é natural que seja obrigatória a participação de qualquer brasileiro, respeitados alguns requisitos.

Podem ser jurados os cidadãos maiores de 18 anos e estão isentos, embora possam participar, os maiores de 70 (art. 437, IX, CPP).

Além do fator idade, é a denominação que se confere a todo aquele que, preenchendo os requisitos legais, tem capacidade para o alistamento, servindo como jurado. Um menor de 18 anos, por exemplo, não pode ser selecionado, pois, nos termos do art. 5º do Código Civil vigente, (Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002), a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

A notória idoneidade termina sendo apurada, na prática, pela ausência de antecedentes criminais, embora, em comunidades menores, o juiz tenha ciência de outros elementos componentes da conduta social do indivíduo. (NUCCI, 2014, p. 714). Discorrendo sobre o tema, Correa (1983, apud STRECK, 1993, p. 47) informa que, desde a criação do Tribunal do Júri, seus membros foram sempre explicitamente, pessoas pertencentes às classes dominantes ou, pelo menos, como diz o código vigente (Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941): “cidadão de notória idoneidade.” De acordo com Streck (1993, p. 47):

Transportando essa assertiva para o problema da definição do que seja um “cidadão de notória idoneidade”, pode-se dizer que não existe um “idoneidômetro” que possa servir de paradigma para um juiz se basear no ato da escolha dos jurados. No âmbito do Tribunal do Júri, a noção de “cidadão de notória idoneidade” pode ser vista como uma definição persuasiva, que expressa as crenças valorativas e ideológicas do magistrado sobre o modo de escolha dos jurados. Tal noção cidadão de notória idoneidade – advém do poder capaz de impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão no fundamento da própria força. É o que Ferraz Jr. (1989, p.251) chama de “o arbítrio socialmente prevalecente”.

Tal afirmação de que os jurados de notória idoneidade, historicamente, têm pertencido às camadas dominantes, é afirmação que não pode ser generalizada, pois a pesquisa de campo que faz parte desta monografia, concernente ao perfil dos jurados do Tribunal do Júri de Cacoal- RO, mostra que tal assertiva é absolutamente errônea, sendo verificado, pois, que nos juris de novembro de 2015 e maio de 2016, 62% dos jurados de Cacoal eram de Camadas menos favorecidas da sociedade, que recebiam até 02 salários mínimos.

Além da questão da idoneidade moral estar no gozo dos direitos políticos, também é fundamental, pois “o jurado participa dos julgamentos do poder judiciário exercendo função pública e relevante, direito inerente à cidadania.” (NUCCI, 2014, p. 715). Estar no gozo dos direitos políticos significa estar habilitado a alistar-se eleitoralmente, habilitar-se a candidaturas para cargos eletivos ou a nomeações para certos cargos públicos não eletivos (CF, art. 87; 89, VII; 101; 131, § 1º), participar de sufrágios, votar em eleições, plebiscitos e referendos, apresentar projetos de lei pela via da iniciativa popular (CF, art. 61, § 2º, art. 29, XI) e propor ação popular (CF, art. 5º, LXXIII).

Marques (2009, p. 31) versa que o vocábulo jurado é derivado do latim *juratus*, que significa aquele firmado com juramento que possui fundamentação no

Presidente do Tribunal do Júri, o qual determina que para assumir a condição de jurado no Conselho de Sentença, deverá prestar juramento. Destaca-se que os jurados efetivamente sorteados assinam competente termo de compromisso, em nome da lei, para o exame imparcialidade da causa, para o fim de proferir sentença de acordo com a consciência, mas, acima de tudo, com os ditames da Justiça, tanto que no momento do seu compromisso respondem ao juiz: “Assim eu prometo.” (SILVA, 2001, p. 81).

De todas as instituições humanas, a do julgamento pelos pares, pelos iguais, é a mais antiga. Tal compromisso de julgar advém da responsabilidade que lhe é atribuída naquele momento, de julgar o seu par. Par, é a pessoa humana, aquele que é igual, semelhante, parceiro (conceito relacionado ao art. 5º *caput*, CF - todos são iguais perante a lei).

Neste sentido, Marques (2009, p. 50 apud, WHITAKER, 1930, p. 101) define o jurado em dois conceitos “[...] o cidadão incumbido pela sociedade de declarar se os acusados submetidos a julgamento do Júri são culpados ou inocentes” e, ainda:

[...] jurado é, apenas, órgão leigo, não permanente, do Poder Judiciário, investido, por lei, de atribuições jurisdicionais, para integrar o juízo colegiado heterogêneo a que se dá o nome de Júri. Essas atribuições estão praticamente limitadas ao pronunciamento do veredicto, ato decisório com que se compõe o *judicium causae* e no qual o jurado profere decisão sobre a existência do crime a autoria imputada ao réu.

Marques (2009, p. 87) afirma que: “a quantidade de jurados alistados está ligada ao número de processos a serem julgados. Havendo necessidade de aumento do número de jurados, poderá fazê-lo ou ainda organizar uma lista de jurados suplentes”, conforme artigo 425, §1º do Código de Processo Penal.

Ainda referente ao alistamento destes jurados, a nova redação do artigo 425 do Código de Processo Penal estabelece o seguinte:

- 800 (oitocentos) a 1.500 (um mil e quinhentos) jurados para as Comarcas com mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes;
- 300 (trezentos) a 700 (setecentos) jurados para as Comarcas com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;
- 80 (oitenta) a 400 (quatrocentos) jurados para as Comarcas com menor população.

No que se refere à função do jurado e sua atuação, este decide monossilabicamente e em sigilo. Isso faz parte de sua função.

Segundo Tourinho Filho (2005, p. 590), como julgadores que são, devem ser imparciais. Entretanto, caso houver motivo que ameace a imparcialidade, é natural não poderem, nem deverem formar o Conselho de Sentença.

A imparcialidade é premissa basilar para o exercício da função jurisdicional, aliás, este é um dos deveres assumidos pelo poder estatal, ou seja, dirimir os conflitos e, em regra, desempenhar o papel de terceiro desinteressado. O sigilo compreende o local da votação, haja vista que o voto é secreto, isso para evitar que os jurados sofram qualquer espécie de intimidação ou constrangimento (pedidos, ameaças, oferecimento de vantagens). Portanto, após questionar se os jurados estão aptos a proferir o julgamento, em caso afirmativo, será realizada a votação em local apartado ou na ausência desse, no próprio salão do Júri, evacuando-se as pessoas da plateia.

Salienta-se que sigilo é diverso de secreto, isto é, a votação não é secreta, pois, eis que o Juiz togado, as partes e os auxiliares acompanham todo o procedimento de votação (artigo 485 do CPP), enquanto que o voto, por sua vez, é secreto, ou seja, os jurados utilizarão cédulas de material opaco e, indevassavelmente, a colocarão em uma urna. No momento da publicidade dos votos, o Juiz togado deverá somente lê-los até atingir a soma de 04 votos (maioria), evitando a divulgação do quórum total.

A decisão dos jurados feita pela votação dos quesitos pertinentes é suprema, não podendo ser modificada pelos magistrados togados. (MOSSIN, 1999, p. 213). Portanto, havendo decisão dada pelo colegiado popular, a magistratura togada tem que obedecê-la, não podendo substituir os jurados na decisão da causa.

Entretanto, não se deve interpretar tal princípio desmedidamente, devendo haver relativização para não esbarrar nas garantias constitucionais, isto é, a decisão do júri não pode violar os preceitos da Carta Maior. Apesar disso, surge a consciência da importância do papel do jurado na decisão de condenar ou absolver o réu do crime que lhe está sendo imputado.

1.3 O JURADO COMO SOCIEDADE E SUA COMPOSIÇÃO MISTA

O jurado é o instrumento que liga o crime com o valor dado pela sociedade aos direitos indisponíveis (vida, liberdade, dignidade), ou seja, através de seu

veredicto (condenação ou absolvição), sabe-se o quão reprovável foi pela sociedade a conduta praticada pelo indivíduo julgado.

Os jurados, no momento de sua atuação, são juízes do fato, e exatamente pela condição de leigos, não se exige deles qualquer análise técnico-jurídica do processo. Nesse contexto, figura a soberania dos veredictos.

Nassif (2008, p. 42) traz a informação de que:

Comumente, o jurado é arregimentado entre funcionários públicos, de escolas, autarquias, bancos, etc., formando uma **massa representativa da classe média** que, mesmo que em vias de proletarização haja vista estabelecida no círculo nuclear urbano, estáveis em seus empregos e profissões, sem uma aprofundada visão da sociedade periférica das cidades e do meio rural". (grifo nosso)

Marques (2008, p. 89) afirma que: "o juiz deve valorizar o Tribunal do Júri o qual assume a Presidência, buscando também pessoas formadoras de opinião, as ocupadas e respeitadas, não importando a sua condição financeira ou grau de instrução", neste sentido, agregando às pessoas que verdadeiramente são positivas para o Júri.

O autor ainda faz uma crítica no sentido de que, por vezes, há desvalorização do Júri, pela forma com que os Magistrados efetuam a seleção dos jurados, uma vez que a insistência ao colocar estudantes, funcionários públicos e aposentados remete à ideia de que a função de jurado é para quem possui mais tempo disponível e não tenha algo mais importante para fazer. Para ele, existe uma condescendência com as pessoas mais ocupadas, pessoas que detêm cargos mais importantes como empresários e médicos. Acredita que o juiz deva valorizar a composição das listas, não levando em consideração as suas ocupações, pois o mesmo não está pedindo favores ao convocar pessoas mais influentes na sociedade, e sim, qualificando, cumprindo o que determina a lei e dando mais visibilidade para a Instituição do Júri. (MARQUES, 2009, p. 88).

Há opiniões como a de Marques no livro "A instituição do Júri" (1997, p. 96), sustentando que as pessoas abonadas, compondo o Júri, podem compreender melhor o delinquente que mata por ciúmes, embora não possa ter a mesma condescendência com o operário que mata o patrão ou o pobre que, impelido pela fome, tira a vida de um rico para roubar.

Por sua vez, Pontes de Miranda (1946, p. 35) recomenda que "os jurados devem ser retirados de todas as classes sociais e não somente de uma ou

algumas”. Assim como também afirma o magistério de Roberto Lyra (1950, p. 24 – 25).

Para Nucci (2014, p. 712): “é preferível garantir um conjunto de jurados preparados do que, a pretexto de firmar uma composição mista, escolher para a organização do júri indivíduos incultos e totalmente impossibilitados de compreender os assuntos debatidos em plenário”.

Lopes Junior (2005, p. 142) posiciona-se defendendo que: “[...] os jurados carecem de um conhecimento legal e dogmático mínimo para a realização dos juízos de valores relacionados à normatização Penal e de Processo Penal aplicáveis diretamente ao caso.”

De acordo com o autor supra, os jurados leigos estão suscetíveis a pressões e às influências exercidas econômica, política e midiaticamente, pois são desconhecedores da positivação legal e de entendimentos dogmáticos. A decisão dos jurados carece de motivação nas suas decisões, pois decidem no mais puro arbítrio, predominando o poder sobre a razão. Tomando a sua decisão por um senso comum, o jurado pode não cumprir com o papel no julgamento da pessoa que está sendo processada. (LOPES JÚNIOR, 2005, p. 146).

Ainda nesta esteira, o autor informa que a situação é grave, porque é possível o jurado julgar por elementos que não estão dentro do processo e isto é um retrocesso ao Direito Penal do réu, que é julgado pela íntima convicção, podendo recair sobre ele desvalores como: cor, opção sexual, religião, posição socioeconômica, aparência física, postura do réu antes ou após o julgamento, ou outro qualquer elemento, isto tudo sem qualquer fundamentação. Um dos principais pilares do Direito Penal e Processual Penal cai por terra, o *in dubio pro reo* que é a premissa destes direitos, conjuntamente com a presunção de inocência que norteiam a axiologia probatória.

Ele aponta que o jurado, muitas vezes, vê-se assustado com a amplitude de divergências e interpretações, forçando-o a decidir sobre as suas convicções morais, religiosas, sociais e políticas, não cumprindo o papel de provar mediante a estrutura processual. O jurado não se desprenderá da sua herança social, cultural e história pessoal e, analisando sobre estes pontos, é que terá o seu convencimento.

Nassif (2008, p. 43) ressalta ainda que, apesar de não ser exclusivo ou característico em uma determinada classe social, quem frequenta com grande “assiduidade” o banco de réus ainda é o pobre e ininteligível, sendo a relação de

representação desproporcional no corpo de jurados, pois raro é o morador de morro ou “vileiro” que participa como jurado.

Tendo como premissa essas diversas vertentes sobre jurados dentro de uma sociedade, sua composição mista e o que foi explanado no capítulo anterior, os jurados escolhidos dentre os “cidadãos de notória idoneidade”, fazem parte, portanto, de um padrão de normalidade e de aceitação pela sociedade. É importante anotar, nesse sentido, que os padrões de comportamento tidos como normais correspondem a uma dada estrutura social, que os gera. Desse modo, os padrões mudam em função das transformações por que passa essa sociedade, assim como também as situações pelos quais passam as pessoas.

Nesse aspecto, Goffman (1978, p.138 apud STREK, 1993, p. 50) assevera que é possível tomar como estabelecido que, uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normais sustentadas, em parte, porque foram incorporadas.

Diante disso, pode-se entender a disparidade que existe na composição do corpo de jurados de Cacoal-RO, sendo compostas por diferentes estruturas sociais, sendo isso demonstrado no capítulo seguinte.

2 ANÁLISE DO PERFIL DOS JURADOS DE CACOAL

Iniciou-se o trabalho com a formulação de um problema e sua descrição. Assim, levantou-se uma hipótese: “o perfil do jurado influencia no veredicto?” Diante de tal conjectura, um questionário foi elaborado com 16 perguntas acerca da condição financeira e social dos jurados, assim como alguns questionamentos referentes à sistemática interna do Tribunal do júri.

Foi solicitado ao Juiz da 1ª Vara do Júri de Cacoal, Carlos Rosa Burck, a autorização para realizar a pesquisa antes de iniciar o plenário. Foram utilizados júris dos anos de 2015 e 2016. No ano de 2015, ocorreram júris nos meses de maio e novembro, sendo que foi utilizado para pesquisa, somente a sessão que ocorreu no mês de novembro. Do ano de 2016, utilizou-se para a pesquisa a primeira sessão do ano, realizada no mês maio.

Todas as sessões dos meses de novembro de 2015 e maio de 2016 foram aplicadas ao questionário. Em novembro, ocorreram sessões, respectivamente, nos dias, 06, 09, 11, 13, 16, 19, 24 25 e, a última, no dia 04 de dezembro. Foram coletados dados para a continuidade da pesquisa seguinte, que se realizou no mês de maio do ano de 2016, nos dias, 03, 04, 05, 10, 16, 18 e 19. Juntando as sessões realizadas nos meses de novembro de 2015 e maio de 2016, obteve-se um total de 16 sessões, onde foram entrevistados 112 jurados, sendo que cada jurado respondeu a 01 questionário, totalizou-se 112 questionários respondidos.

Nesta pesquisa, obteve-se como resultado várias informações relativas aos jurados que dizem respeito a sua idade, sexo, estado de nascimento, tipo de emprego, renda mensal obtida, descendência, nível de conhecimento jurídico, bem como se havia prévia disposição para condenar ou absolver o réu, se as características pessoais do réu influenciam no julgamento, e a influência da oratória do promotor e do advogado no julgamento.

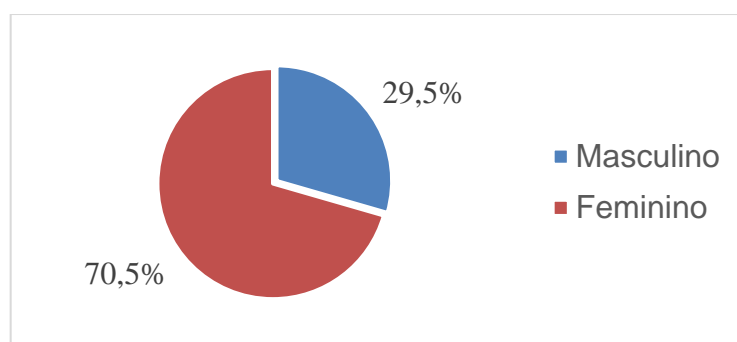
De posse destas informações, os dados quantitativos e qualitativos foram unidos, assim como também se atrelou estas informações com as transmitidas através da doutrina correlata.

Os dados obtidos através da aplicação dos questionários foram tabelados no excel e, posteriormente, transformados em gráficos. Para chegar aos resultados apresentados, foi feito o cruzamento entre os dados obtidos.

2.1 O SEXO DOS JURADOS

Analisando os dados obtidos nos júris da 1ª Vara Criminal de Cacoal-RO, pôde-se verificar que o público de jurados predominante é de mulheres. Do total de 112 jurados entrevistados, 79 eram mulheres e 33 eram homens. Assim, as mulheres representam 70,5% do total de jurados no tribunal do Júri de Cacoal, e os homens 29,5%.

Gráfico 01 - Percentual do total de homens e mulheres no Júri.



Fonte: Dados da pesquisa.

Alguns estudos apontam uma maior benevolência por parte da mulher (EFRAN, 1974, apud JESUS, 2001, p. 50). Também há recomendações intuitivas e não-científicas de advogados, tais como: “para defender uma mulher, selecione somente homens.” (HEYL, 1952, apud JESUS, 2001, p. 51).

Apesar de se destacar o pensamento de que mulheres tendem a ser mais benevolentes e, por isso, mais tendentes a proferir absolvições, por outro lado, também há concepções de que estas são mais propensas a condenar do que os homens, pelo fato de ficarem mais chocadas com o crime.

Por outro lado, em relação à escolha por mulheres, segundo Kacher (1952, apud, JESUS, p. 50): “as mulheres são preferidas em todos os casos, exceto quando o réu for uma mulher e for atrativa”. No mesmo sentido, se o réu for homem e atrativo, deve-se selecionar mulheres para compor o conselho de sentença (APPLEMAN, 1952). Fica então, muitas vezes, as recomendações para a escolha dos jurados intuitivas, tais como: se o advogado de defesa tem como cliente

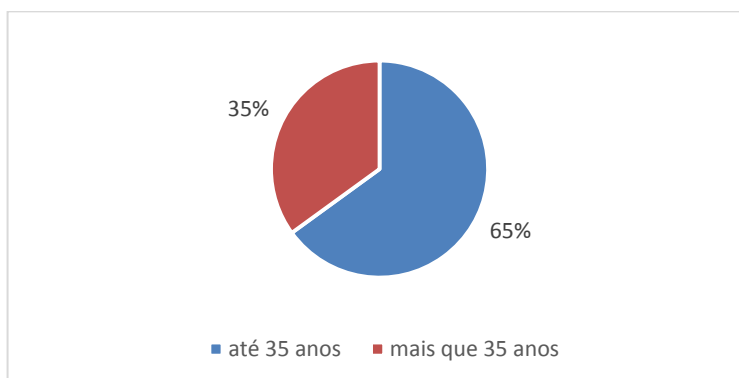
uma mulher, dê preferência a homens no banco do Conselho de Sentença. Se a acusada é atrativa, evite veementemente as mulheres no júri.

Encontram-se também correntes que apontam ter os homens maior tendência em culpar a vítima no cometimento do delito (RUMSEY E RUMSEY, 1977, p. 66), e que mulheres mudam mais facilmente sua intenção de veredito (PADAWER-SINGER e BARTON, 1975; DAVIS et al, 1977, p. 49).

2.2 A FAIXA ETÁRIA DOS JURADOS

Em Cacoal, pela pesquisa de campo, foi verificado que o Tribunal Popular é composto, em sua maioria, (65%), por um público mais jovem, entre 18 e 35 anos de idade. Enquanto a minoria, (35%), é composta por um público mais velho, a partir de 35 anos de idade.

Gráfico 02 - Percentual quanto à idade dos jurados.



Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à faixa etária dos jurados, dois estudos sobre a composição do júri foram publicados em março de 2012, ambos conduzidos nos EUA.

No primeiro, publicado por Shamena Anwar 2008 (Carnegie Mellon University), Randi Hjalmarsson (Universidade de Londres) e Patrick Bayer (Duke University), os pesquisadores analisaram mais de 700 casos levados ao tribunal do júri e descobriram, primeiro, que jurados mais velhos são excluídos pela defesa, enquanto jurados mais novos são excluídos pela acusação. Isso acontece porque, segundo resultado encontrado pela pesquisa: a probabilidade de condenação do acusado aumenta de acordo com a idade dos jurados. Para ser preciso, quando a idade

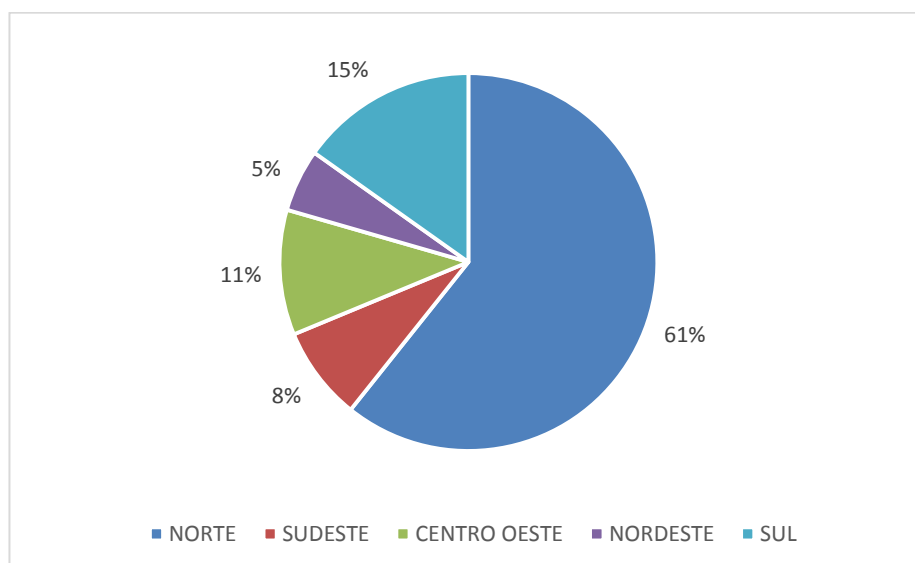
média dos jurados está acima dos 50 anos, a probabilidade de condenação é de 79%. Quando a idade média está abaixo dos 50 anos, a probabilidade de condenação cai para 68%. Mais precisamente, para cada ano a mais na média de idade dos jurados, a probabilidade de condenação aumenta um ponto percentual.

Segundo Simon (1967 apud JESUS, 2001, p. 52), a idade tem demonstrado uma distorção em direção à benevolência em jurados. Os jurados de aproximadamente trinta anos, por exemplo, particularmente aqueles que possuem pouca experiência anterior de Tribunal de Júri, tendem a ser mais benevolentes que os de maior de idade. Ainda, Adkins (1968, apud, JESUS, 2011, p. 53) ressalta que os anciões são, em regra, mais benevolentes. Porém, em casos penais são mais severos.

2.3 A REGIÃO ONDE OS JURADOS NASCERAM

Em Cacoal, o perfil encontrado de jurados em relação à região de origem, em sua maioria, (61%), é composto por pessoas da região Norte do país, especificamente dos Estados de Rondônia, Amazonas e Tocantins. Do restante, 15% compõem pessoas do Sul (Estados do Paraná e Rio Grande do Sul), 11% pessoas que vieram do Centro Oeste, 8% do Sudeste (Estados de São Paulo e Espírito Santo), e 5% do Nordeste (Estados da Bahia e Paraíba).

Gráfico 03 - Percentual de jurados por região de origem.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na obra “Tribunal do Júri, símbolos e rituais”, Streck (1993, p. 83) aborda que existe no Brasil e em muitos outros países uma crença generalizada no sentido de que os povos têm características próprias decorrentes da raça. No Brasil, essa crença está materializada no “caráter nacional brasileiro”.

Para Moreira Leite (1976, p. 123): “parece evidente a impossibilidade de falar em caráter nacional”. De fato, se a classe alta brasileira tem mais afinidade com as classes correspondentes de vários países contemporâneos do que com a classe operária brasileira, parece difícil falar em caráter nacional que englobe várias classes sociais brasileiras. Vale dizer, se não pode a rigor falar em cultura brasileira, seria muito difícil imaginar ou estabelecer uma relação entre a suposta cultura e a personalidade modal do brasileiro. Como essas observações valem para os países contemporâneos, para qualquer deles seria inaceitável uma análise de personalidade – cultura.

Assim, historicamente, sociólogos, antropólogos e escritores têm apregoado as características do povo brasileiro. Paulo Prado, escritor modernista, aponta as seguintes características do brasileiro: “tristeza, erotismo, cobiça. Romantismo, individualismo desordenado, apatia e imitação.”

Freyre (1963 apud STRECK, 1993, p. 86) diz que:

Os estereótipos mais candentes e conhecidos são os do “carioca malandro, preguiçoso” e do “nordestino pouco apegado ao trabalho”. Um dos escritores brasileiros que mais contribuiu para a disseminação dos estereótipos regionais foi Manuel Diegues Jr, com sua obra “Regiões Culturais do Brasil”, baseada, na sua quase totalidade, em Alceu de Amoroso Lima, autor de “A Psicologia do Povo Brasileiro”.

Com efeito, Diegues Jr (1960 apud STRECK, 1993, p. 139) apoiado em Amoroso Lima diz que:

[...] pôde encontrar os traços característicos do homem brasileiro, representando o litoral e o sertão as duas faces mais gerais da nossa alma coletiva, ao mesmo tempo que o nortista se traduz pelo ardor das atitudes ou exaltação, o entusiasmo, e o sulista, reservado, sóbrio, fechado, retraído. [...] O paulista é sempre olhado como o homem ativo, empreendedor, dono da riqueza; o carioca, é visto como o ironista, o malicioso [...]; o mineiro, apresenta-se reservado, formação clássica e erudita.

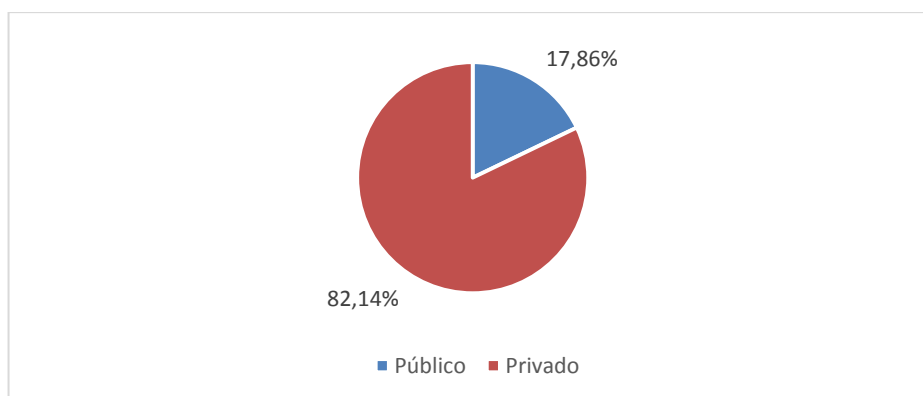
Ao lado disso, o autor assinala, ainda, traços gerais, os quais permitem a identificação do homem brasileiro. “A sua bondade, traço tão típico de seu

sentimentalismo, de suas manifestações; a sua hospitalidade, a maneira de receber, o gosto de acolher; a despreocupação pelo futuro”, tanto é certo que não há diretrizes firmes e seguras com relação à continuidade de ação ou de trabalho, ou mesmo de obras.

2.4 TIPO DE EMPREGO EM QUE OS JURADOS TRABALHAM

O gráfico 04 apresenta, na Vara do Júri, uma participação de 17,86% de pessoas que ocupam cargos de servidores públicos e, ainda nesta esteira, a análise desvela a maioria de 82,14% de servidores (as) do setor privado, refutando o que o autor Nassif (2008, p. 42) relata: “o jurado é arregimentado de classe média, entre funcionários públicos com empregos estáveis.”

Gráfico 04 - Percentual de jurados por tipo de emprego.



Fonte: Dados da pesquisa.

Neste sentido, esta doutrina não corresponde com a realidade de Cacoal, pois segundo Nassif, os jurados são de classes sociais bem definidas e possuem vidas estabilizadas. Desta maneira, acredita-se que o magistrado tenha, nestas sessões pesquisadas, encaminhado ofício a comunidades periféricas, solicitando o alistamento de profissionais da construção, limpeza, segurança, etc. Mais uma vez, a seleção é feita em cima dos profissionais de ramos mais periféricos, com trabalhadores do comércio de Cacoal, como atendentes de lojas, caixas de supermercado, trabalhadores do setor de peças, etc.

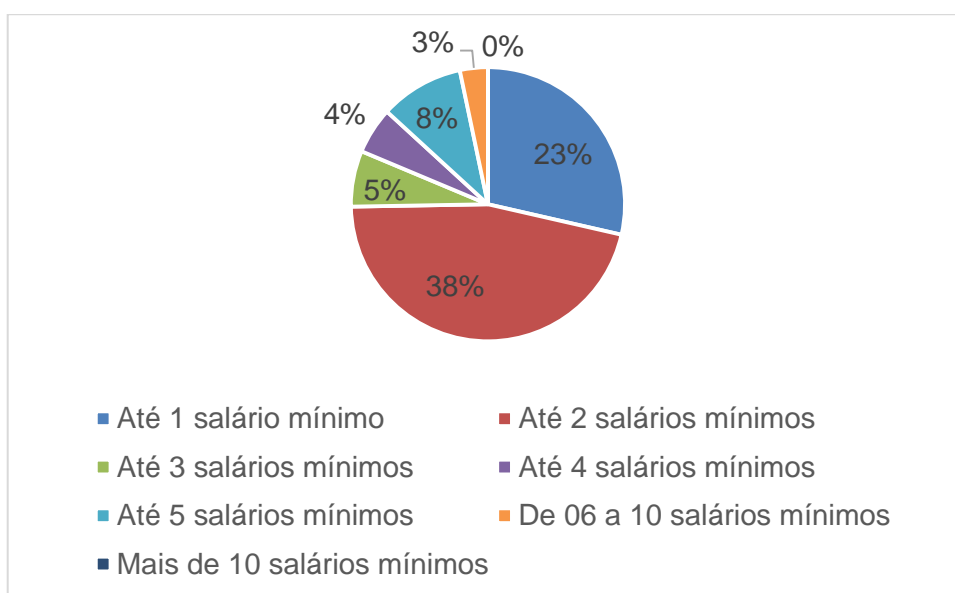
2.5 RENDA MENSAL DOS JURADOS

O jurado, em matéria financeira, corresponde à média da população, pois, conforme demonstra os dados da coleta na Vara, somam 66%, as pessoas que recebem no máximo até 03 salários mínimos. Conforme o censo de 2010, 82,04% da população brasileira vivia com menos de 2 S.M. de renda mensal, 10,45% com renda mensal acima de 3 salários mínimos e 7,51% com renda mensal acima dos 4 S.M.

Indo de encontro a essa informação, a doutrina que menciona o banco do conselho de sentença é público, com situação financeira bem definida, distante da realidade de quem está sendo julgado.

No Tribunal do Júri de Cacoal-RO, apenas 4% do total de jurados analisados possuem renda mensal de 4 S.M, seguido de 3% que recebem uma média de 06 a 10 salários mínimos. Comparando com os resultados do censo 2010, isto significa que os jurados são de classe baixa e/ou média, e que as pessoas de maior renda, praticamente, não participam deste contexto, mostrando assim um equilíbrio entre pessoas que julgam e pessoas que estão sendo julgados.

Gráfico 05 - Percentual de jurados por quantidade de salários mínimos que recebem.

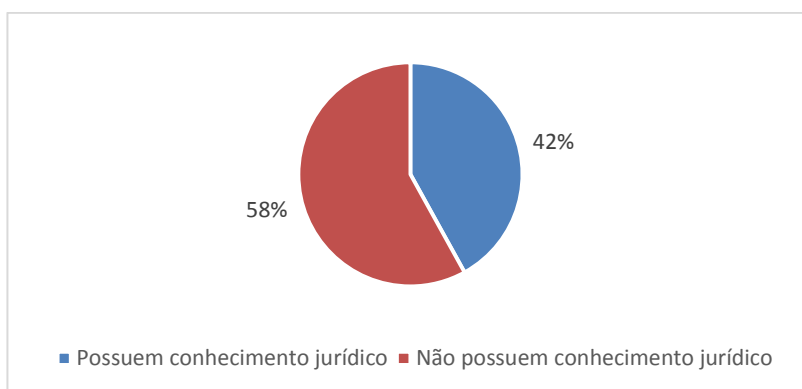


Fonte: Dados da pesquisa.

2.6 CONHECIMENTO JURÍDICO DOS JURADOS

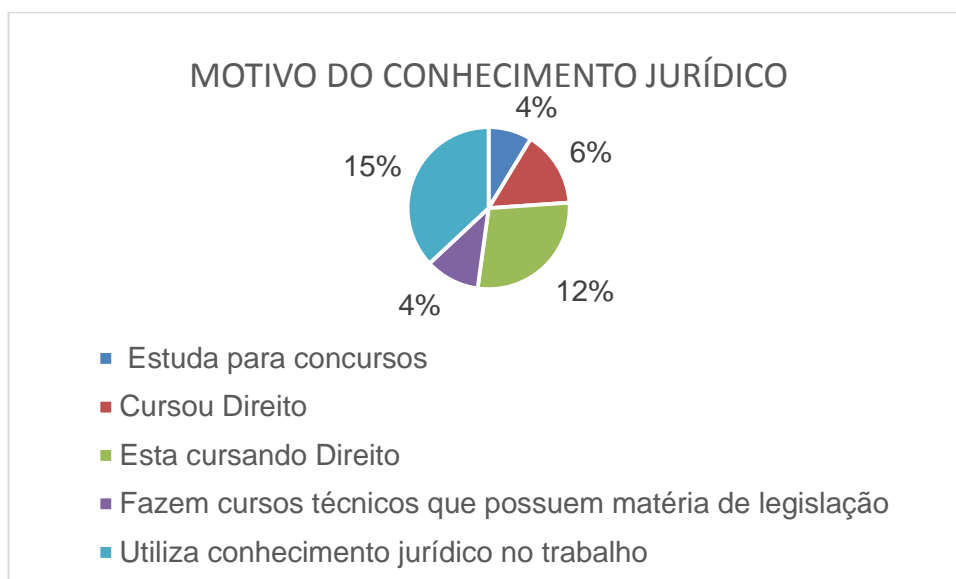
Do total de 112 jurados, 42% deles afirmaram ter conhecimento jurídico e, a maioria deles, (58%), afirmou não possuir conhecimento jurídico. Da minoria que diz possuir conhecimento jurídico, 18% afirmam ter este conhecimento em razão de estar cursando ou ter cursado Direito.

Gráfico 06 - Percentual de jurados quanto ao conhecimento jurídico



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 07 - Percentual quanto ao motivo do conhecimento jurídico do jurado.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os jurados universitários são menos benevolentes do que os não-universitários, nos casos de alienação mental (SIMON, 1967). Quanto maior o nível cultural, maior a quantidade de vereditos de culpabilidade (REED, 1965). Hastie, Penrod e Pennington (1983) encontraram que os jurados de menor nível cultural participam menos durante a deliberação e possuem menores dotes persuasivos. E, nos casos de violação, os jurados de maior nível cultural são mais benevolentes para com o acusado do que os de menor nível. (SEALY E CORNISH, 1973).

Acreditava-se que pessoas graduadas em Direito não participavam na função de jurado, pois partia-se da ideia de que o conhecedor da lei e do dogma atuaria com muita perícia em razão do seu conhecimento acentuado, talvez analisando até mais do que realmente deva ser analisado.

Cabe mencionar que o jurado Bacharel em Direito parece ser uma afronta para com a verdadeira finalidade do Júri, pois a Instituição do Júri deve ser composta por jurados leigos para que possa existir o julgamento pelos pares, ou seja, pessoas com igual condição de quem está sendo acusado. O Tribunal do Júri é uma Instituição de caráter democrático que nasce a partir do que é decidido pelo povo, retirando das mãos dos magistrados o poder de decidir sobre as acusações.

Porém, a composição dos jurados de Cacoal, em relação ao conhecimento jurídico, está mesclada, pois, apesar de existir um número significativo de pessoas que possuam algum tipo de conhecimento jurídico (42%); destes, somente 18% está relacionado com o curso de Direito, sendo o restante advindo de outros motivos, como pelo fato de utilizar conhecimento jurídico no trabalho ou fazer cursos que possuem algum tipo de matéria de legislação, o que não significa que tais jurados tenham alta capacidade de análise dogmática.

Desta maneira, tal composição não afasta a ideia central do Júri que é votar com a consciência e não com a lei, permanecendo o livre convencimento como ideia principal.

2.7 PRÉVIA DISPOSIÇÃO DO JURADO A CONDENAR OU ABSOLVER ANTES DE OUVIR OS ARGUMENTOS DO PROMOTOR E DO ADVOGADO

Ao iniciar a sessão, o objetivo do Tribunal do Júri é realizar um julgamento com pessoas leigas, que representem a sociedade e que entrem de maneira imparcial, sem prévia disposição a condenar ou absolver.

Ao longo da sessão, há o desafio do jurado tomar uma decisão por condenar ou absolver através dos discursos e não devido a uma carga social e de vida que traz consigo, pois essa formação de opinião, em tese, deve ocorrer somente após toda a instrução (oitiva de testemunhas, réu e debates em plenário).

O momento do debate em plenário concentra todos os elementos da construção do processo. “Os discursos do processo do Júri produzem, desta maneira, uma mediação que achata a espessura inicial dos acontecimentos e despolitiza as relações entre pessoas no mundo fenomênico.” (STRECK, 1993, p. 60).

Como bem assevera Correa (1983, p. 301), as duas interpretações possíveis serão, ainda uma vez, reduzidas na decisão que será, além da escolha da apresentação mais coerente com o modelo que os julgadores visualizam para a sociedade em que vivem, também um selo de aprovação dos procedimentos escolhidos por essa mesma sociedade.

Citando Evaristo de Moraes, promotor de justiça do Rio de Janeiro de renome nacional, Correa (1981, p. 53) diz:

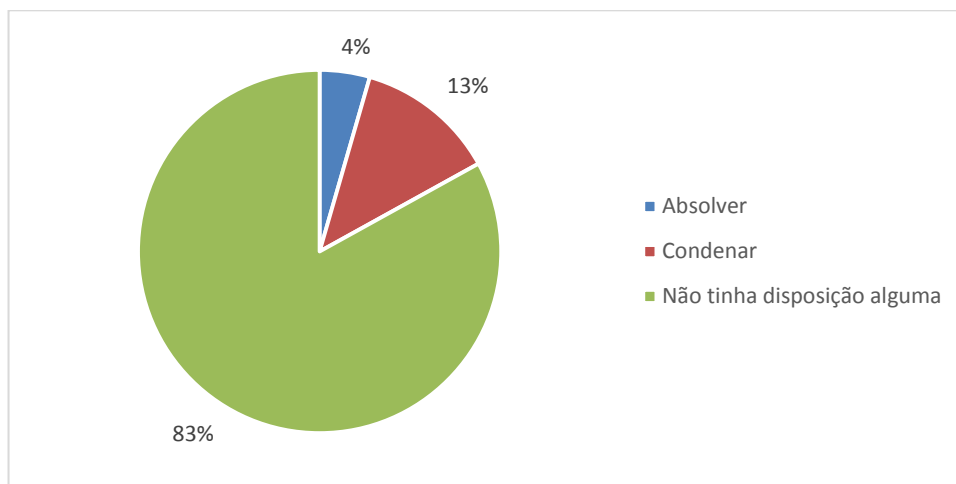
Ele próprio várias vezes descrevia as discussões do Tribunal do Júri utilizando uma linguagem guerreira: ali parecia trava-se, de fato, torneios de oratória, onde interessava mais medir a competência retórica dos debatedores do que estabelecer provas da responsabilidade na morte de alguém.

Continua a autora supra (1981, p. 53):

Toda a argumentação e os contra-argumentos desenvolvidos por advogados e promotores nos casos que debatem não deveriam obscurecer o fato de que, para além das versões que apresentam no júri, estes agentes da lei compartilham um terreno comum que lhes permite o encontro da discussão. Este terreno comum não se define, apenas, pelas regras legais às quais eles devem se submeter, mas inclui a aceitação de certas normas sociais que eles antes reforçam do que combatem. Há toda uma série de refrões do senso comum, frequentemente incorporados na retórica forense, e que vão delineando o que é considerado um comportamento adequado para a mulher e para o homem em nossa sociedade.

De posse de tais informações doutrinárias e confrontando com o propósito central do Tribunal do Júri em Cacoal-RO, com relação à imparcialidade dos jurados, 83% dos entrevistados das sessões disseram não ter prévia disposição em condenar ou absolver.

Gráfico 08 - Predisposição a condenar ou absolver o réu.



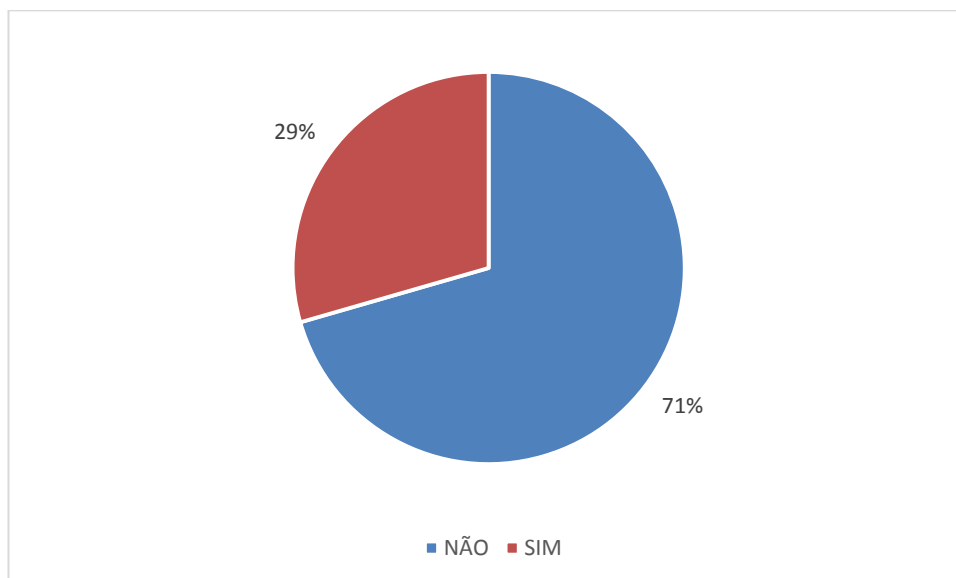
Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, ao compor o banco de conselho de sentença, a princípio, (antes do discurso da defesa e da acusação), a maioria dos jurados foi imparcial, indo ao encontro do propósito do Júri: a análise imparcial dos fatos por pessoas da sociedade.

2.8 CARACTERÍSTICAS DO RÉU PODEM INFLUENCIAR NO JULGAMENTO

O gráfico abaixo mostra que 71% dos jurados afirmam que a aparência do réu não influencia no julgamento.

Gráfico 09 - Percentual de influência quanto às características do réu no julgamento.



Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange à composição da lista de jurados, sabe-se que existe uma busca por “jurados provavelmente imparciais”, desarmados de preconceitos que envolvem a raça, o sexo, a idade ou o nível socioeconômico do réu.

Embora não haja nenhuma referência na doutrina, ou melhor, proteção legal para sua aplicabilidade, cita-se a influência dos estereótipos, pois observam-se situações que reportam a uma visão explicada por Kant: “o olhar do sujeito sobre o objeto” (Artigo de Amarildo Alcino – os Estereótipos e as aparências influenciando nas decisões dos jurados no Tribunal do Júri).

Neste sentido, o jurado, imbuído de valores preestabelecidos por toda uma história presencial ou adquirida, tece valorações, verdades ou pontos de vista que, por força de elaboração mental, têm uma forma que julga verdadeiro aquilo que observa. Neste sentido, os réus que apresentavam uma aparência robusta, não bem trajados, geralmente são observados pelos jurados com certo desprezo, e em outras, por força de argumentos da defesa, olhares de piedade.

Corroborando para com o pensamento de Kant (2007), uma pesquisa mostra que pessoas de melhor aparência tendem a receber uma pena mais amena. O tribunal é o último lugar em que se deve ser julgado pela aparência, mas segundo esta pesquisa, nele, vale a pena ser atraente. De acordo com um novo estudo da Universidade de Cornell, “réus pouco atraentes tendem a ser atingidos com

sentenças mais duras: em média, 22 meses a mais na prisão”. De acordo com Jesus (2010, p. 139):

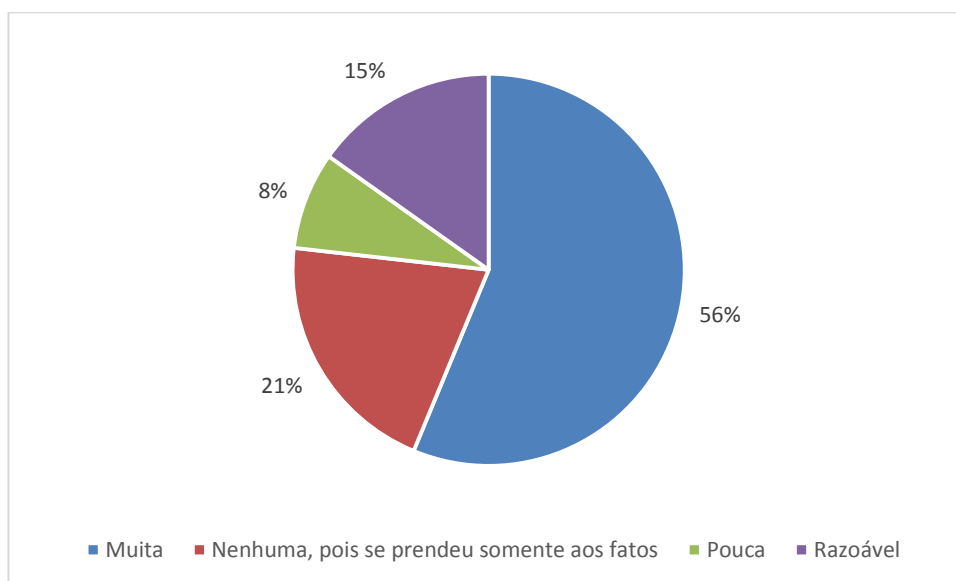
Os antecedentes do acusado influenciam significativamente no veredicto, e as taxas de culpabilidade são maiores. Estudos mostram que quanto maior o nível cultural do jurado maior seria a quantidade de veredictos de culpabilidade. É desaconselhável escolher militares e policiais aposentados, ou donas de casa, por serem rígidos em demasia. A crença em um mundo justo é outra dimensão social muito estudada. As pessoas justificam tanto os danos causados à vítima como o veredicto proferido para o réu, baseando-se no pressuposto de que as pessoas merecem receber o que lhes acontece. Caso as pessoas não consigam estabelecer tal correlação, apresentam a tendência de serem mais severas quando a vítima é respeitável e honrada do que quando a imagem que se forma dela é negativa.

Apesar disso, os dados obtidos na pesquisa realizada em Cacoal vão ao encontro com o levantado na pesquisa da Universidade de Cornell, pois os dados apontam que a aparência do réu não influencia na decisão do jurado.

2.9 A INFLUÊNCIA DA ORATÓRIA DO PROMOTOR E DO ADVOGADO NO VEREDICTO DO JURADO

Nas sessões realizadas em Cacoal-RO, os jurados que responderam aos questionários afirmaram, em um total de 56%, que a oratória do promotor e do advogado influenciam muito no veredicto por eles proferidos. 21% afirmaram que a oratória do promotor e do advogado não tem influência alguma, pois se prenderam somente aos fatos; 15 % afirmaram ter uma influência razoável e 8% afirmaram ter pouca influência.

Gráfico 10 - Percentual quanto à influência da oratória do promotor e do advogado no veredicto do jurado.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ambos, tanto o promotor de justiça como o advogado de defesa usam discursos semelhantes, diferenciados somente no que tange à caracterização do réu e da vítima. Assim, à primeira vista, pode-se crer que, entre a dialética dos discursos da acusação e da defesa, há uma oposição. Na realidade, consta-se que ambos – acusador e defensor – funcionam como agentes neutralizados/ neutralizadores, equilibrados/ equilibradores dos fatos e instituídos/ instituintes do social.

Os discursos de acusação e de defesa estão firmados em uma realidade sabida por todos: a desigualdade social. Desta maneira, se o indivíduo tiver bons antecedentes, for um bom pai de família, trabalhador, etc., enfim, enquadrar-se segundo os padrões de normalidade da sociedade dominante, terá maiores possibilidades de ser absolvido do que alguém classificado como desviante.

Segundo Corrêa (1983, p. 303):

Este perfil das relações adequadas, normais, entre homens e mulheres não é nunca posto em questão nas discussões jurídicas: o que se tenta fazer é enquadrar homens e mulheres concretos dentro das regras idealizadas e comprovar a sua maior ou menos adesão a elas. Do sucesso dessa operação é que vai depender, então, a condenação ou absolvição dos acusados ante o júri, onde o que se pune é, na verdade, a conduta social do acusado.

Assim, os discursos dos atores jurídicos (acusação e defesa), no júri, via de

regra, estão permeados pela visão de que o que mais importa é o autor do fato criminoso e sua conduta, e não o próprio fato. Desta maneira, Streck (1993, p. 68):

[...] percebe-se que no discurso da acusação está presente a tese da infalibilidade da sociedade como um todo e que todos tem a mesma chance, protegidos pelo mesmo dogma de que “todos são iguais perante a lei”. O réu é visto e colocado como desviante, ou seja, trazendo a questão para o contexto antropológico, é a primeira pedra que os construtores rejeitam.

Enquanto a acusação explora o tema relacionado ao “desvio” do réu, a defesa, em contrapartida, utiliza o que Turner chama de “o poder dos fracos”, com o objetivo de contrabalancear o discurso acusatório.

A humildade e a passividade do réu, sentado, via de regra com a cabeça entre as mãos, muitas vezes chorando, é lugar-comum nos julgamentos populares. O réu não reclama de nada, é obrigado a ouvir o discurso da acusação calado. Geralmente, os advogados dão instruções para que o réu assim se comporte. É a materialização do “poder dos fracos”.

Castelo Branco (1977, p. 91) na obra “O advogado e a defesa oral”, ensina aos advogados que “no final da defesa, encerrando-a, o advogado poderá recitar ou ler uma pequena poesia sobre a mãe ou sobre o amor filial, já que a ação do réu foi provocada pela situação difícil em que estava a sua mãe doente”. No caso em pauta, o autor citado procurava traçar as linhas a serem seguidas pelo defensor, para um caso em que um cidadão matara seu patrão, depois de uma discussão sobre salários.

No livro, “No plenário do júri”, Câmara (1982, p. 104) reproduz o senso comum teórico dominante da dogmática jurídica, trazendo indicações para serem usadas em plenário, tais como:

Veja, jurado, qual a instrução que foi dada ao réu. Veja qual a vida que levou durante a infância. Veja a família que ele teve, se é que teve alguma. Veja, enfim, qual a mãe que a sociedade lhe deu. Indague, jurado, onde estão os verdadeiros responsáveis pela falta do leite, para alimentá-lo na amarga infância.

A consequência desse processo se reflete de forma acentuada nos discursos dos atores jurídicos que atuam, em especial, no Tribunal do júri. Assim, levando-se em conta o fato de os acusados, em sua maioria, provirem das camadas pobres da sociedade, pode-se concluir que, “se levados a julgamento frente a um corpo de

jurados formado pelas camadas médio-superiores da sociedade, por exemplo, estarão em verdadeira oposição aos seus julgadores.” (CORREA, 1983, p. 303).

2.10 PERSPECTIVA E EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS PELO QUESTIONÁRIO

Sobre as decisões dos jurados, em uma perspectiva geral, subtemde-se que há de ser considerado que, ao responderem o questionário, os jurados podem, de alguma maneira, falsear as respostas, pois dentro dos parâmetros normais de uma sociedade, dizer, por exemplo, que a aparência de alguém influencia um terceiro a condená-lo, é algo preconceituoso. Assim como podem, por algum motivo, não serem totalmente sinceros ao declararem sua renda, por não saberem com exatidão de que maneira aquelas informações irão ser utilizadas. Assim, deve ser considerada uma margem de erro em relação às informações levantadas.

Além disso, pode ocorrer uma espécie de distorção cognitiva nos jurados, também conhecida como distorção-estado. As distorções-estado são as características temporais de curto prazo dos jurados devido às condições situacionais, por exemplo, uma discussão com o cônjuge, um engarrafamento muito grande e outros acontecimentos que podem levar a um estado de mau-humor (negativo) e, neste caso, afetar a avaliação perceptiva de uma outra pessoa (KAPLAN e MILLER, 1978). Por outro lado, também a ocorrência de acontecimentos agradáveis pode levar a um estado de ânimo de bom-humor (positivo).

Também há outro fenômeno chamado de distorções-traços. As distorções-traços estão associadas, normalmente, à personalidade de quem está realizando o juízo, e conservam-se relativamente estáveis perante as pessoas e as situações; resultam de condições de grande tempo, de características de personalidade e de valores pessoais (KAPLAN, 1982).

Uma das distorções-traços mais estudadas é o autoritarismo. As primeiras investigações preveniram que os jurados com atitudes conservadoras e autoritárias seriam menos indulgentes e mais punitivos do que os jurados de atitudes liberais.

Por fim, as distorções-estados e distorções-traços são características internas, formadas por processos distintos de informação, e há de ser reconhecido que elas existem paralelamente à informação que é proporcionada durante as sessões em plenário.

3 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS JURADOS NOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI DE CACOAL – RO

Os estudos e correntes citados no capítulo anterior têm interesse em descobrir quais são os mecanismos envolvidos na tomada de decisão dos jurados. Comparecendo ao Tribunal, os jurados trazem conhecimentos de vida e peculiaridades pessoais que os conduzirá a um julgamento teoricamente imparcial, mas que podem (devido a esses fatores), serem também baseados em estereótipos. Porém, a intenção é evitar distorções em suas decisões, pois os fatores influenciadores como demonstrado, são os mais diversos.

Desta maneira, para descobrir a influência do perfil socioeconômico dos jurados nos veredictos do Tribunal do Júri de Cacoal-RO, eles foram divididos em classes sociais. Tal divisão baseou-se em um dos critérios utilizados pelo IBGE, o qual separa as classes sociais de acordo com a quantidade de renda familiar.

A visão do IBGE, baseada no número de salários mínimos, divide a sociedade em cinco faixas de classes sociais, conforme a tabela abaixo, válida para o ano de 2015 (salário mínimo em R\$ 788,00). Como a pesquisa também foi realizada em 2016, e neste ano houve reajuste do valor do salário mínimo, (passou de R\$ 788,00 para R\$ 880,00), adequou-se as classes de acordo com esse reajuste.

Tabela 01

CLASSE	SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)	RENDA FAMILIAR (R\$)
A	Acima 20 SM	R\$ 15.760,01 ou mais
B	10 a 20 SM	De R\$ 7.880,01 a R\$ 15.760,00
C	4 a 10 SM	De R\$ 3.152,01 a R\$ 7.880,00
D	2 a 4 SM	De R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.576,00

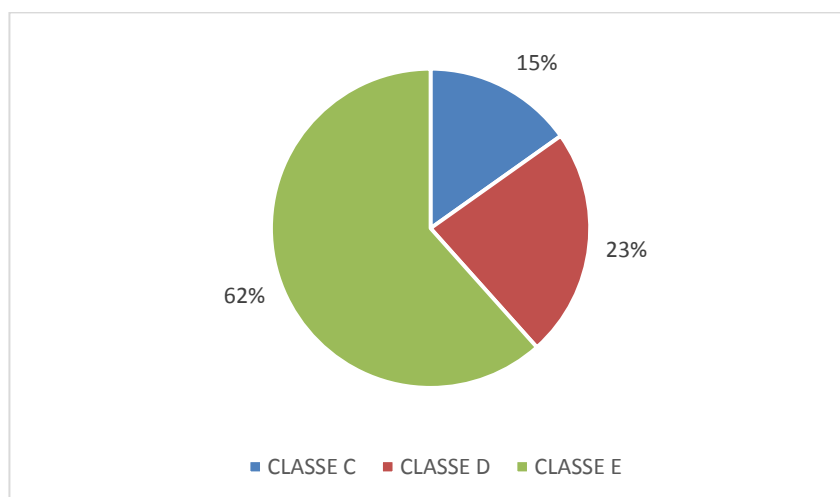
Fonte: www.ibge.com.br

Os jurados de Cacoal-RO foram divididos em classes sociais de acordo com a divisão do IBGE (classe A, B, C, D e E). Assim, pertencem à classe A, os jurados que recebem acima de 20 salários mínimos; pertencem à classe B, os jurados que recebem de 10 a 20 salários mínimos; à classe C, os que recebem de 4 a 10

salários mínimos, à classe D, os que recebem de 2 a 4 salários mínimos, e à classe E, os que recebem até 2 salários mínimos.

Desta maneira, a composição de jurados de Cacoal deu-se, em sua maioria, pela classe E, (62%). Do restante, 23% pertencem à classe D, e 15% à classe C.

Gráfico 11 - Percentual de cada classe social que compôs Júri.



Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado, não fizeram parte do conselho de sentença pessoas pertencentes às classes A e B.

Miranda (apud NUCCI, 2014, p. 711), recomenda que os jurados devam ser retirados de todas as classes sociais, e não somente de uma ou algumas. Assim também o magistério Roberto Lyra (Introdução à obra de júri sob todos os aspectos, de Rui Barbosa, p. 24-25).

Marques (2009, p. 88) aponta que a desvalorização do Júri se inicia pela forma com que os Magistrados efetuam a seleção dos jurados, uma vez que a insistência ao colocar estudantes, funcionários públicos e aposentados, remete à ideia de que a função de jurado é para quem possui mais tempo disponível e não tenha algo mais importante para fazer. Para ele, existe uma condescendência com as pessoas mais ocupadas, pessoas que detêm cargos mais importantes como empresários, médicos e acredita que o juiz deva valorizar a composição das listas, não levando em consideração as suas ocupações, pois o mesmo não está pedindo favores ao convocar pessoas mais influentes na sociedade, e sim qualificando,

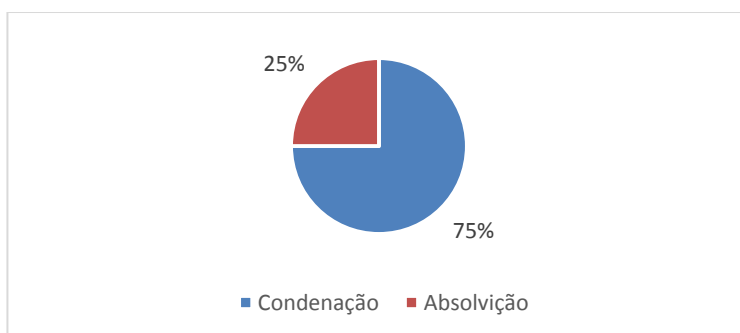
cumprindo o que determina a lei e dando mais visibilidade para a Instituição do Júri.

De posse de tais classes sociais restantes na composição do corpo de jurados de Cacoal-RO, pôde-se estabelecer a relação de classe social/ renda, com os resultados dos julgamentos. Diante de tal relação (classe social e resultado do julgamento), atrelou-se outros fatores que também foram levantados pela pesquisa, como: sexo, faixa etária, tipo de emprego e conhecimento jurídico; a fim de saber se a classe social a que o jurado pertence, juntamente com os outros fatores, continuam a ter a mesma influência nas condenações ou absolvições.

3.1 ÍNDICE DE CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES DE ACORDO COM CADA CLASSE SOCIAL

O estudo do índice de condenações e absolvições partiu do percentual geral, sendo que na pesquisa de campo do Júri de Cacoal-RO, houve um índice de condenações muito superior ao de absolvições, sendo proferidos 75% de veredictos condenatórios e 25% de veredictos absolutórios.

Gráfico 12 - Percentual de condenações e absolvições proferidas no Júri

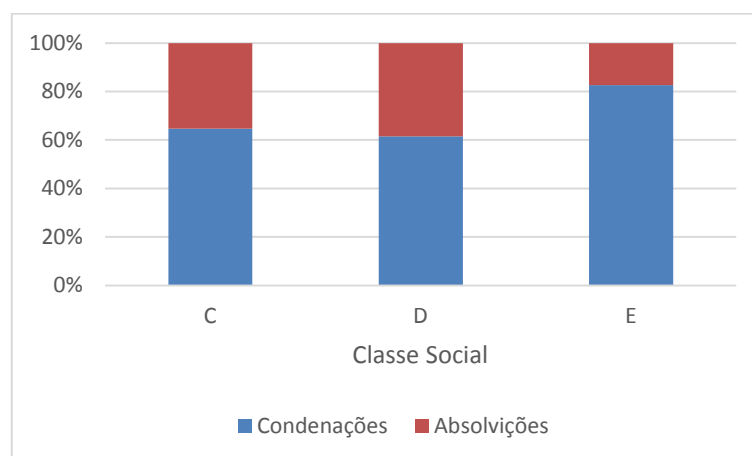


Fonte: Dados da pesquisa.

Para que se chegasse a uma análise socioeconômica, tais percentuais foram reaplicados dentro das respectivas classes sociais. Assim, chegou-se à conclusão de que, no Júri de Cacoal, o percentual de condenações foi superior ao de absolvições em todas as classes sociais que compuseram o júri (classe C, D, E), ou seja, independente de pertencer à classe C, D ou E, todos votaram mais para condenar do que para absolver.

Na classe C, o índice de condenações chegou a 65%; na D em 62%; e na classe E em 83%. Tais índices deixam indícios de que, a princípio, fazendo análise somente da classe social, o jurado, independente de pertencer à classe C, D ou E, será sempre mais propenso a proferir condenações. Cabe ressaltar que os jurados pertencentes à classe E foram os que condenaram em maior percentual, (83%).

Gráfico 13 - Percentual de condenações e absolvições dentro de cada classe social.



Fonte: Dados da pesquisa.

Tal resultado corrobora com a corrente doutrinária a qual faz parte José Frederico Marques, o qual sustenta que pessoas mais abonadas financeiramente compondo o júri, podem compreender melhor o delinquente que mata por ciúmes. (A instituição do Júri, p. 96)

Sob outro prisma, Nucci (2014, p. 712) traz que:

Pessoas vitimadas por marginais tornam-se mais susceptíveis a proferir condenações açodadas, sem muita preocupação com a análise da prova, razão pela qual os jurados colhidos de classes menos favorecidas, podem ser mais afeitos à condenação do que à absolvição. São cidadãos abalados pela violência à sua porta, o que lhes prejudica a análise límpida e imparcial dos fatos, de modo que o jurado extraído da classe economicamente mais favorecida, porque mais distanciado da criminalidade (ao menos do homicídio), costuma ter maior equilíbrio para ouvir os argumentos, sem se afetar emocionalmente, decidindo com mais zelo. O ideal seria um corpo de jurados formado de representantes de todas as classes sócias de uma sociedade, embora fosse igualmente indispensável tivesse a estrutura social menos desigualdade socioeconômica e sociocultural.

Sabendo que a composição do Conselho de Sentença é aleatória, sequer podendo corresponder ao padrão do que se tem de opinião pública, é digno de nota

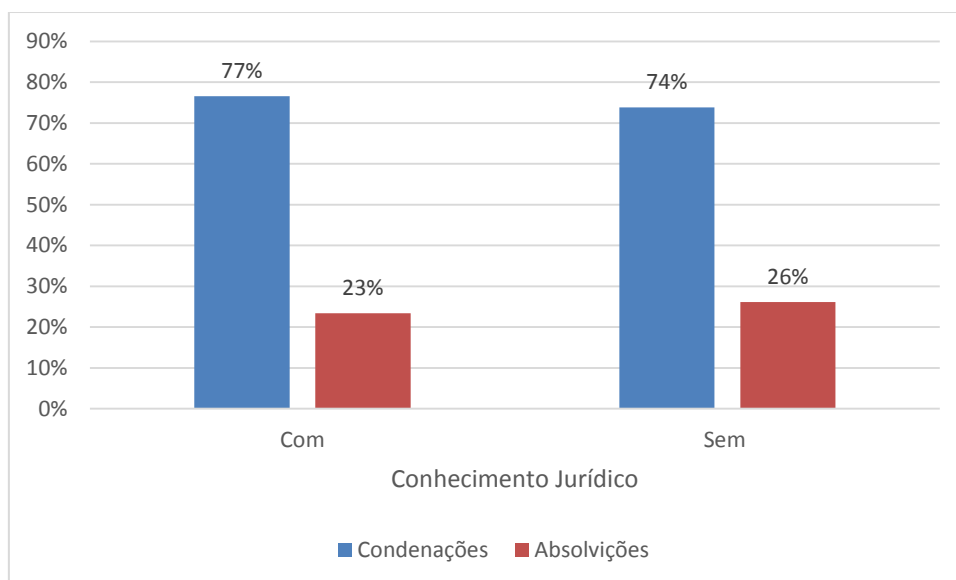
que a análise acerca da acuidade dessas padronizações de comportamento dos jurados diante de um caso, desconhece as transformações que as pessoas passam em suas vidas, assim como também por que passa a sociedade.

3.2 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO JURÍDICO DOS JURADOS

Quanto ao conhecimento jurídico, os jurados foram separados em dois grupos: os que tinham conhecimento jurídico e os que não tinham. O resultado da pesquisa de campo obteve que os jurados que julgavam ter conhecimento jurídico condenaram em 77% e absolveram em 23%. Já os jurados que não possuíam conhecimento jurídico condenaram menos, em 74% e absolveram mais, em 26%.

Desta maneira, de acordo com a pesquisa de campo realizada, os jurados que julgam possuir conhecimento jurídico tendem a proferir maior índice condenatório do que àqueles que se julgam leigos nesse aspecto.

Gráfico 14 - Percentual geral de condenações e absolvições por jurados com e sem conhecimento jurídico.



Fonte: Dados da pesquisa.

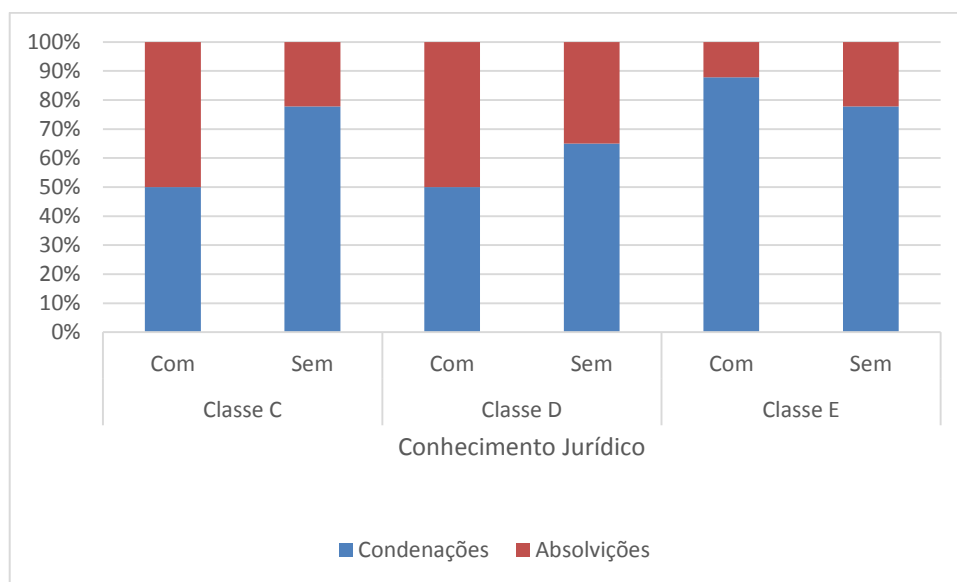
Separou-se os jurados da classe C, D e E, e dentro de cada classe, os jurados que tinham conhecimento jurídico e os que não tinham conhecimento

jurídico, assim como também, levantou-se o percentual de condenações e absolvições proferidas por estes jurados dentro das respectivas classes, a fim de saber se o jurado que tem conhecimento jurídico continua sendo mais propenso a condenar ou absolver e vice-versa.

A conclusão que se chegou, de acordo com a pesquisa feita, foi que os jurados sem conhecimento jurídico da classe C e da classe D condenaram mais. Na classe C, o índice de condenações pelos jurados que tinham conhecimento jurídico foi de 50%, enquanto os que não tinham conhecimento jurídico condenaram em quase 80%. Já na classe D, o índice de condenação pelos jurados que não tinham conhecimento jurídico continuou a ser maior, (65%), enquanto os que tinham conhecimento jurídico condenaram em menor quantidade, 50%.

Porém, na classe E, os valores foram inversos, pois quem condenou em maior índice foram os jurados que tinham conhecimento jurídico, condenando em quase 90%, enquanto os que não tinham condenaram em quase 80%.

Gráfico 15 - Percentual de condenações e absolvições proferidas por jurados com e sem conhecimento jurídico, dentro de cada classe social.



Fonte: Dados da pesquisa.

Embora ponderáveis os argumentos expedidos pelas doutrinas, Nucci traz que o julgamento pelos pares no júri significa apenas a garantia de um ser humano leigo julgando outro, além do que a cultura e formação não são qualidades

justificadoras da dispensa de um jurado. O autor também frisa que o povo julgará o homem e também teses jurídicas, de modo que as partes precisam falar a quem possa entender o espírito da lei, a fim de que as decisões não se distanciem em demasia da legislação penal vigente. (NUCCI, 2014, p. 711).

Desta maneira, interpretando tal corrente doutrinária em contrário *sensu*, depreende-se que, uma pessoa que detém conhecimento jurídico tem mais facilidade em interpretar e filtrar as teses de defesa e as teses de acusação. Isso se deve ao fato de que, por conhecer a lei, aumenta-se a capacidade de compreensão do fato, do crime e suas consequências.

No júri de Cacoal, obteve-se que os jurados de classe baixa (até 02 salários mínimos) que tinham conhecimento jurídico, tiveram uma maior predisposição a condenar, enquanto os da classe C e D (de 03 a 10 salários mínimos) com conhecimento jurídico, mais predisposição a absolver, depreendendo-se assim que, o conhecimento jurídico é um fator que dentro da classe social E, influencia no veredicto condenatório.

O estudo em comento não possui subsídios para determinar o porquê desta inversão, assim ficam as seguintes hipóteses para estudos futuros:

- A forma da colheita de dados pode ter levado a distorções?
- As pessoas omitiram o seu desconhecimento?
- O grupo desconhece o que é conhecimento jurídico, ou a amplitude do termo?

Tais questionamentos são para estudo posterior pelo fato de não ter sido mensurado nesta pesquisa o tipo de conhecimento jurídico dos jurados, ou se o conhecimento jurídico que eles julgavam ter poderia, de fato, ser considerado como tal.

Porém, apesar deste fator ter dado um resultado invertido (mais condenações por parte do grupo que possuía conhecimento jurídico na classe E), a estatística geral permaneceu a mesma, continuando a classe E a ter um percentual maior de condenações do que de absolvições.

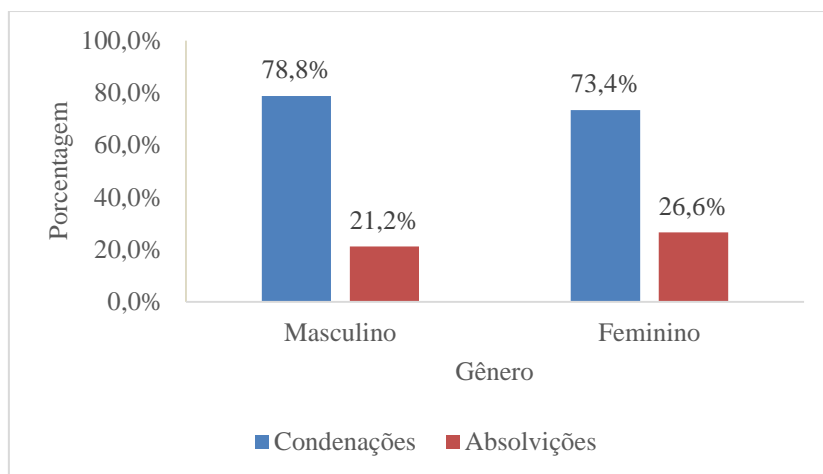
3.3 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO AO GÊNERO DOS JURADOS

Separando o universo feminino do masculino, o resultado da pesquisa de

campo realizada no Júri de Cacoal-RO, obteve que 78,8% dos homens proferiram condenações, enquanto 21,2% proferiram absolvições. Já as mulheres condenaram em 73,4% e absolveram 26,6%.

Desta maneira, de acordo com a pesquisa de campo realizada, os homens aparentaram uma tendência maior a condenar do que as mulheres, enquanto estas tiveram um índice de absolvição maior do que os homens.

Gráfico 16 - Percentual geral de condenações e absolvições proferidas por homens e mulheres.



Fonte: Dados da pesquisa.

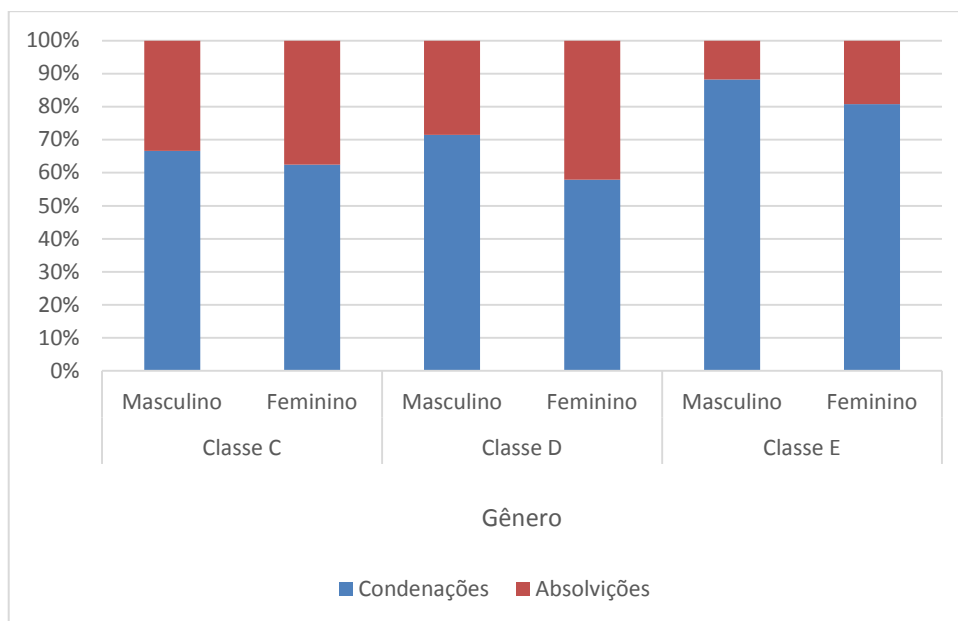
Separou-se os jurados da classe C, D e E, e dentro de cada classe, homens e mulheres, assim como se levantou o percentual de condenações e absolvições proferidas por estes dentro das respectivas classes.

No que tange ao gênero dentro da classe C, o índice de condenações proferidas por homens foi de 67% e de mulheres 61%. Na classe D, os homens condenaram em 71% e as mulheres em 58%. Na classe E, os homens condenaram em quase 90%, e as mulheres em 80%. Desta maneira, chegou-se à conclusão, de acordo com a pesquisa feita, que independente da classe social, homens continuam a ser mais propensos a condenar do que as mulheres, pois mesmo separando-os por classes sociais, o percentual condenatório proferido pelos homens permaneceu superior ao das mulheres.

Desta maneira, no que se refere ao gênero, a pesquisa corrobora com os pensamentos doutrinários de Efran (1974 apud JESUS, 2001, p. 50), e Kacher

(1952, apud, JESUS, p. 50), onde afirmam serem as mulheres mais benevolentes e preferidas aos homens, em todos os casos, para composição do banco de jurados.

Gráfico 17 - Percentual de condenações e absolvições proferidas por homens e mulheres dentro de cada classe social.



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, as dinâmicas sociais colocam desafios à forma de representar do campo jurídico, cuja resposta parece querer continuamente ligar a ideia de que existe um papel social inerente à mulher e ao homem, um papel que parece não mudar ao longo dos anos e que reproduz uma representação de “homem deve fazer justiça” do “homem provedor” e da “mulher compreensível”, numa relação hierárquica de poder que insere tais figuras numa condição de normalidade e de direito, ao evocar que uns são mais propensos a condenar do que outros. Tal fato constrói o paradigma de que homens são mais propensos a punir.

Realizando esta análise do perfil de gênero sob o crivo do aspecto socioeconômico, o resultado obtido também é um percentual condenatório maior dentro da classe E, ou seja, o grupo de os homens e mulheres que condenam mais está inserido dentro da classe E.

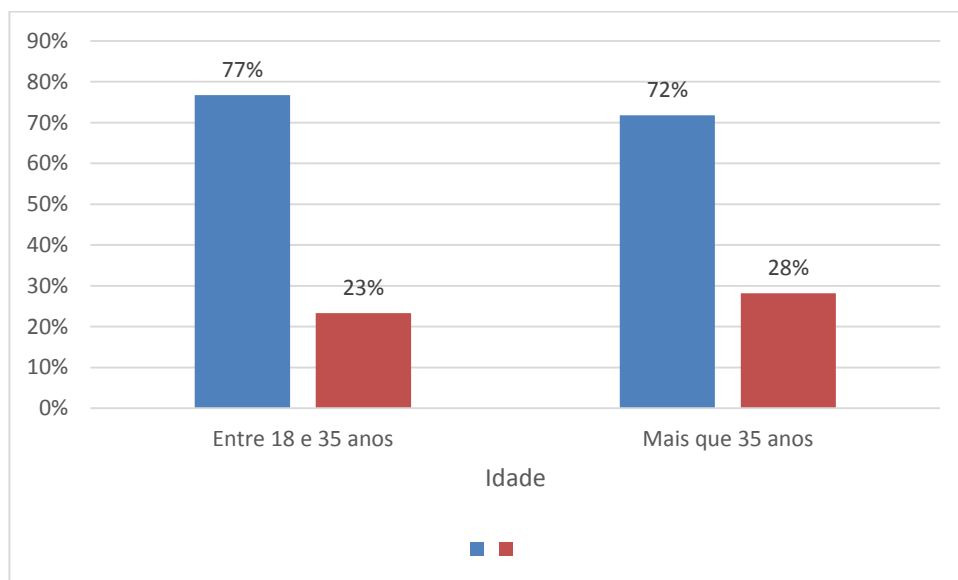
3.4 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO À IDADE DOS JURADOS

Separando os jurados por idade, dois grupos foram obtidos: no primeiro, os jurados entre 18 e 35 anos, e no segundo, os jurados a partir de 35 anos para ser verificado o percentual de condenação dentro de cada grupo.

O resultado da pesquisa de campo no Júri de Cacoal-RO, concluiu que 77% dos jurados que tinham entre 18 e 35 anos proferiram condenações, enquanto 23% proferiram absolvições. Já no grupo dos jurados que tinham mais que 35 anos, 72% condenaram, enquanto 28% absolveram.

Desta maneira, tem-se que o grupo de pessoas “mais jovens” apresentou uma tendência a condenar mais, enquanto os “mais velhos” uma maior tendência a absolver.

Gráfico 18 - Percentual geral de condenações e absolvições proferida por jurados entre 18 e 35 anos e com mais de 35 anos.

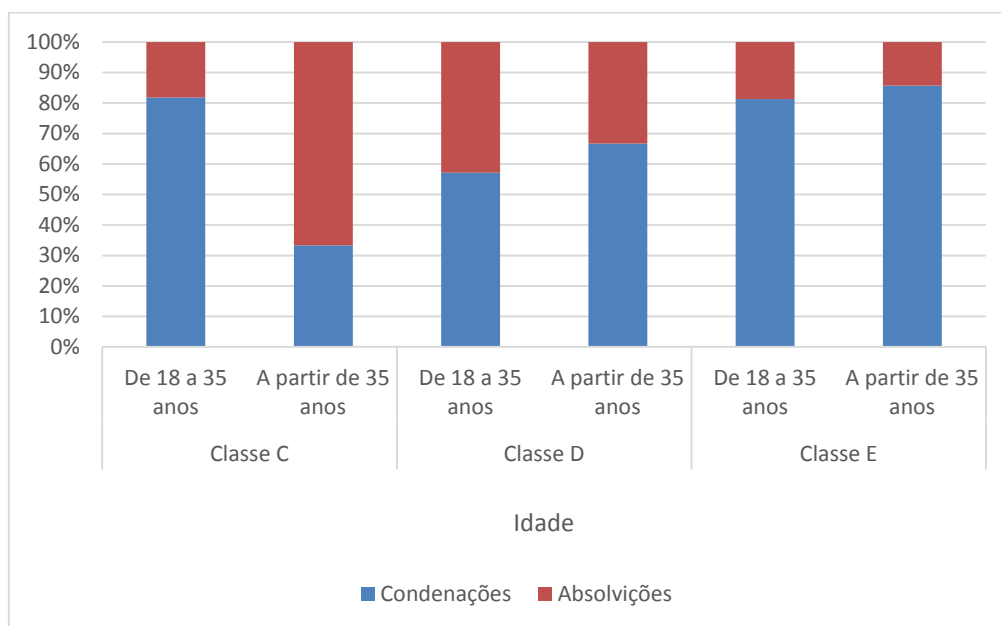


Fonte: Dados da pesquisa.

Na mesma dinâmica que as análises anteriores, separou-se os jurados da classe C, D e E e, dentro de cada classe, os jurados que tinham entre 18 e 35 anos, e os jurados que tinham a partir de 35 anos. Verificou-se também, o percentual de condenações e absolvições proferidas por estes dentro das respectivas classes.

A conclusão que se chegou, de acordo com a pesquisa feita, foi que o índice de condenação maior entre os mais novos (18 a 35 anos), permaneceu somente dentro da classe C, (82%), pois os jurados, a partir de 35 anos, condenaram apenas em 33%. Os valores foram inversos na classe D e na E. Na classe D, os que tinham idade entre 18 e 35 anos condenaram menos (57%), enquanto os que tinham a partir de 35 anos condenaram mais, (65%). Já na classe E, o índice de condenação por parte dos “mais novos” e dos “mais velhos” foi muito próximo, tendo àqueles, condenado em 81%, enquanto estes em 86%.

Gráfico 19 - Percentual de condenações e absolvições proferidas por jurados entre 18 e 35 anos e com mais de 35 anos dentro de cada classe social.



Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante à idade, pode-se afirmar que há uma tendência à condenação entre pessoas da classe D e E com faixa etária a partir de 35 anos. Porém, na classe C, a maioria das condenações é mais tendente a vir dos mais “novos”, entre 18 a 35 anos.

Assim, a pesquisa realizada no Tribunal do Júri em Cacoal, dentro do âmbito das classes D e E, corroboram com a corrente que diz ser a idade um fator que tem demonstrado uma distorção em direção à benevolência em jurados, pois os jurados mais novos (de aproximadamente trinta anos), particularmente aqueles que

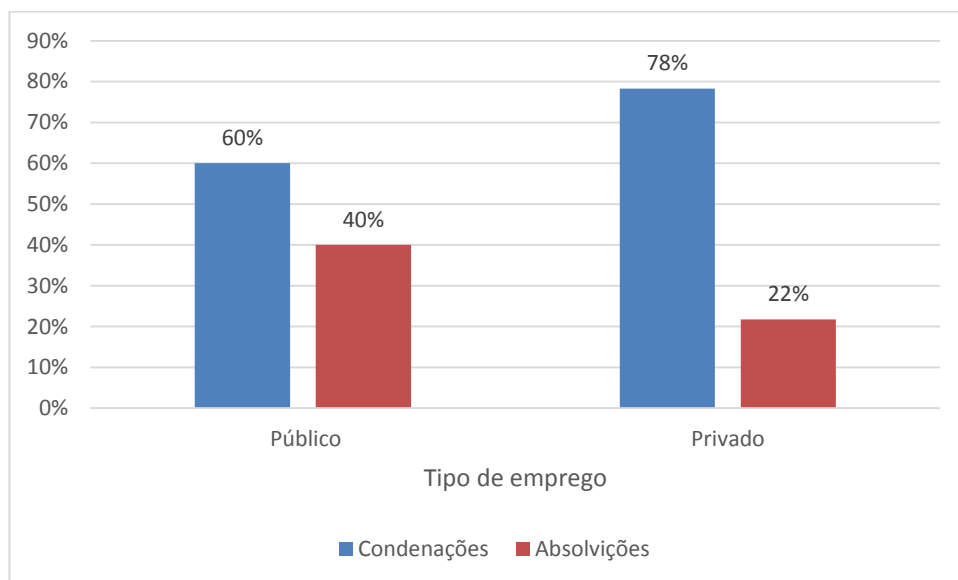
possuem pouca experiência anterior de Tribunal de Júri, tendem a ser mais benevolentes que os de maior de idade. (SIMON, 1967, apud JESUS, 2001, p. 52).

No âmbito socioeconômico, esta análise se diferencia das demais quanto ao valor do percentual de condenações proferidas pelos jurados “mais novos” da classe C e da classe E, onde os primeiros condenaram em 82%, e os da classe E em 81%. Apesar de ser ínfima a diferença, o semelhante índice condenatório entre as classes C e E impossibilita afirmar que são pertencentes à classe E os jurados menos benevolentes.

3.5 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO AO TIPO DE EMPREGO DOS JURADOS

Em relação ao tipo de emprego, separou-se os jurados que trabalhavam em emprego público e os que trabalhavam em emprego privado. Obteve-se como resultado da pesquisa um índice condenatório maior dentro do grupo de jurados que trabalham em emprego privado, pois estes condenaram em 78% e absolveram em 22%, já os jurados que trabalham em emprego público, condenaram em menor percentual (60%), e absolveram em 40%.

Gráfico 20 - Percentual geral de condenações e absolvições proferidas por jurados que trabalham em emprego público e emprego privado.

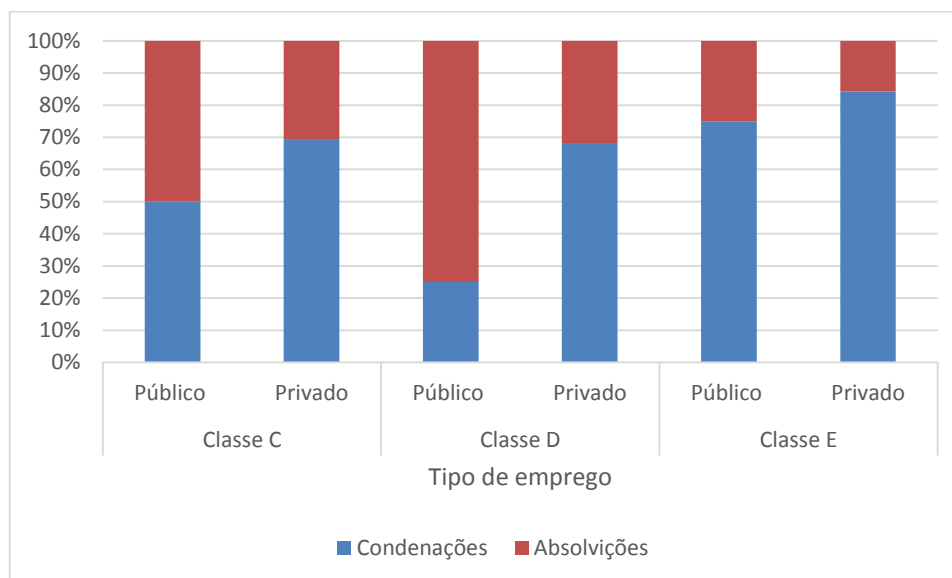


Fonte: Dados da pesquisa.

Da mesma maneira, separou-se os jurados da classe C, D e E, e, dentro das respectivas classes, quem trabalhava em emprego público e quem trabalhava em emprego privado; verificou-se também o percentual de condenações e absolvições proferidas por estes dentro das respectivas classes.

Foram levantados os seguintes dados: dentro da classe C, pessoas de emprego privado condenaram em quase 70%, e as de emprego público condenaram em 50%. Na classe D, os de emprego privado condenaram em também quase 70% e os de emprego público, condenaram em 25%. Na classe E, os jurados de emprego privado condenaram em 80%, e os de emprego público condenaram em 75%.

Gráfico 21 Percentual de condenações e absolvições proferidas por jurados que trabalham em emprego público e privado dentro de cada classe social.



Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante ao tipo de emprego (público ou privado), a conclusão que se chegou através desta pesquisa foi que, independente da classe social, pessoas que trabalham em emprego privado, sempre serão mais propensas a condenar.

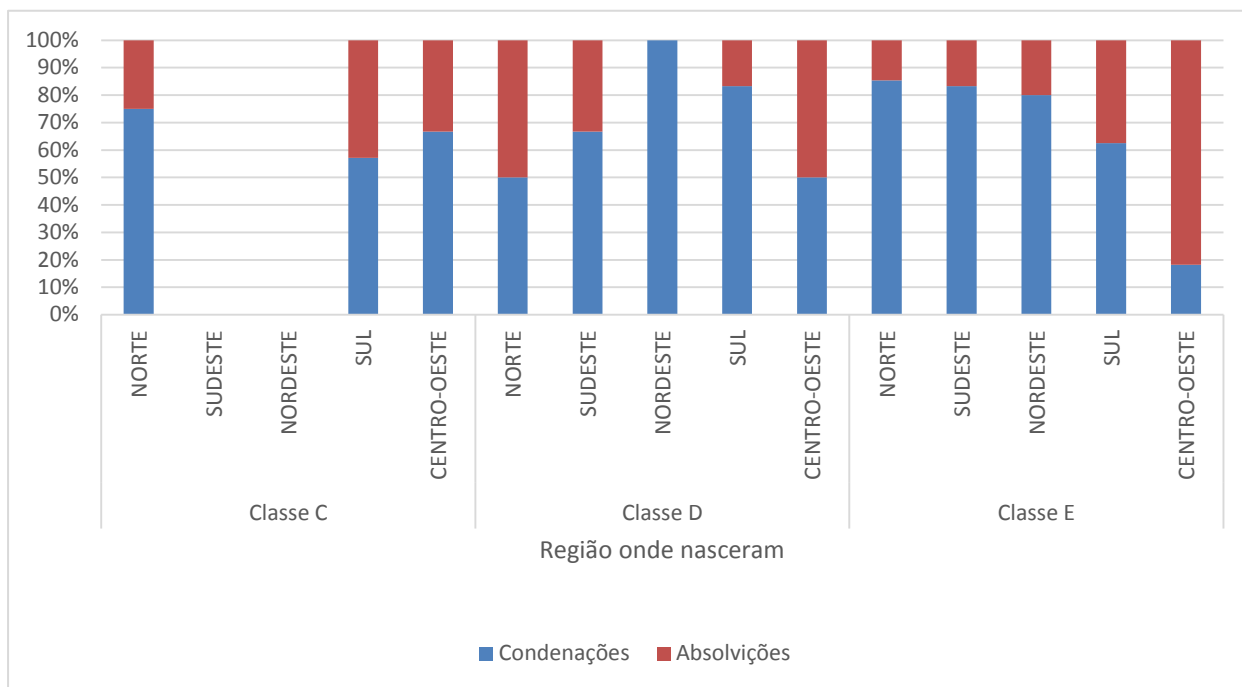
Já no tocante ao perfil socioeconômico, no que diz respeito ao tipo de emprego, permaneceu a classe E proferindo maior percentual de condenações.

3.6 A INFLUÊNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM RELAÇÃO À REGIÃO ONDE NASCERAM OS JURADOS

No que se refere à região, os jurados foram separados de acordo com a sua região de origem, sendo essas: Norte, Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste. O resultado da pesquisa de campo realizada no Júri de Cacoal-RO obteve que o maior percentual de condenações se encontra na região nordeste, onde estes condenaram em 83% e absolveram em apenas 17%.

Diante desta análise, pode-se afirmar que os jurados de origem nordestina tiveram uma maior predisposição a condenar do que os jurados das demais regiões.

Gráfico 22 - Percentual geral de condenações e absolvições proferidas por jurados de acordo com as suas regiões de origem.

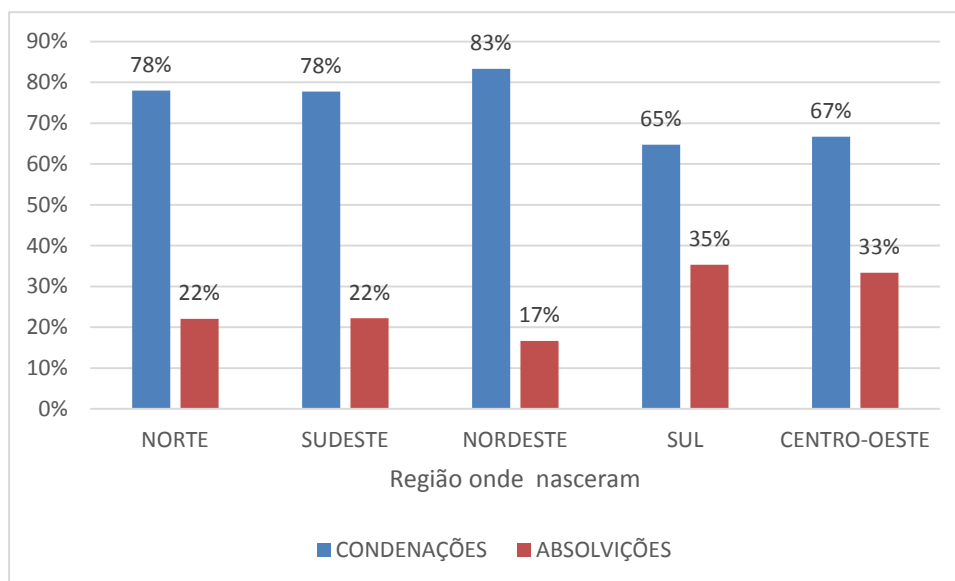


Fonte: Dados da pesquisa.

Da mesma maneira que as anteriores, foi realizada a análise da classe social com o perfil da região onde os jurados nasceram, e atrelado a isso, a análise de percentual de condenações e absolvições proferidas por estes dentro das respectivas classes.

Foram levantados os seguintes dados: nas classes C e E, a região norte foi a que mais condenou 75% e 85% respectivamente. Já dentro da classe D, foram os jurados nordestinos que condenaram em maior percentual, mais precisamente em 100%.

Gráfico 23 - Percentual de condenações e absolvições proferidas por jurados de acordo com sua região de origem dentro de cada classe social.



Fonte: Dados da pesquisa.

Desta maneira, a influência do perfil socioeconômico em relação à região de origem é significativa. Pode-se afirmar que, quando o jurado for de origem nordestina e pertencente à classe D, este é mais propenso a condenar, o que faz concluir que a origem do jurado tende a interferir em seu veredicto.

Por fim, a classe E, dentro do âmbito de análise, quanto à origem do jurado, não permanece sendo a classe que mais condena, pois os jurados que proferiram veredictos mais severos pertencem à classe D.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, pode-se concluir que a pesquisa de campo realizada no Tribunal do Júri de Cacoal Rondônia, nos meses de Novembro de 2015 e Maio de 2016 demonstrou que, pelo fato de ser a composição de jurados mista, os valores de identidades gerais de uma determinada sociedade podem projetar em plenário, algo que vivem em seu cotidiano.

Tal premissa é verdadeira, pois, diante do levantamento feito e dos valores obtidos, a classe social E (que recebe até 02 salários mínimos), em relação às demais classes, a princípio, foi a que mais condenou.

A explicação dada por Nucci (2014, p. 712), afirma que pessoas vitimadas por marginais se tornam mais susceptíveis a proferir condenações açodadas, sem muita preocupação com análise de prova, razão pela qual os jurados escolhidos de classes menos favorecidas podem ser mais afeitos à condenação do que à absolvição. O autor ainda esclarece que pessoas de classes menos favorecidas são cidadãos abalados pela violência à sua porta, o que lhes prejudica a análise límpida e imparcial dos fatos, enquanto o jurado de classe economicamente mais favorecida, devido ser mais distanciado da criminalidade, costuma ter maior equilíbrio para ouvir os argumentos, decidindo assim com mais zelo.

Porém, a classe social E, quando confrontadas com as variáveis de sexo, faixa etária, conhecimento jurídico, tipo de emprego e região de origem, não mais permaneceu sendo a que mais condenava.

Dos cinco perfis estudados, a classe E apareceu como a que mais condena em 03 deles (sexo, conhecimento jurídico e tipo de emprego). Na variável de conhecimento jurídico, o maior índice condenatório se deu dentro da classe E, por pessoas que tinham conhecimento jurídico. Tal resultado pode ser interpretado à luz da corrente adotada por Nucci, onde este menciona ser necessário às partes, falar

de modo que os jurados possam entender o “espírito da lei”, a fim de que as decisões não se distanciem em demasia da legislação penal vigente. Desta maneira, resta entendido que os altos índices de veredictos condenatórios então diretamente ligados à capacidade de entendimento que esses jurados tiveram da lei e do caso julgado, demonstrando que essas decisões são o reflexo da interpretação feita pelos jurados da legislação penal vigente com o caso concreto.

Quanto à variável em relação ao gênero dos jurados, o maior índice condenatório foi proferido por homens, independente da classe social, pois mesmo separando-os por classes sociais, o percentual condenatório proferido permaneceu maior do que o das mulheres. Porém, o grupo de homens que condenou, em maior índice, também estava inserido dentro da classe E.

No âmbito da variável do tipo de emprego, independente da classe social, pessoas que trabalham em emprego privado apresentaram uma tendência maior à condenação, assim como permaneceu o maior percentual condenatório, os inseridos dentro da classe E.

Porém, em relação a 2 perfis (idade e região de origem), outras classes sociais apareceram com alto valor condenatório, semelhante ou superior ao da classe E. Na variável que diz respeito à idade dos jurados, chegou-se à conclusão que os jurados entre 18 e 35 anos (mais novos), tentem a condenar mais que jurados a partir de 35 anos (mais velhos). Porém, quando esses dois grupos de jurados foram redistribuídos nas respectivas classes sociais e analisados seus percentuais de condenações e absolvições, foi verificado que o índice de condenações de jurados de 18 a 35 anos da classe C, e de jurados entre 18 e 35 anos da classe E, condenaram em percentuais muito semelhantes, diferenciando-se em 1%. Essa ínfima diferença de valores impossibilitou afirmar que, no aspecto idade, a classe E foi a que mais condenou.

No que se refere à região de origem do jurado, o maior índice condenatório foi proferido por jurados de origem nordestina que estavam inseridos dentro da classe D (que recebem de 02 a 04 salários mínimos). Merece destaque o valor do índice condenatório encontrado, que foi de 100%, revelando uma alta probabilidade de veredicto condenatório quando o jurado participante do conselho de sentença for nordestino. Assim, no que tange à idade e região, a classe E não apareceu como sendo a de maior índice condenatório.

Assim, o referido estudo do Júri de Cacoal-RO, nos meses de novembro de 2015 e maio de 2016, permitiu estabelecer possível relação do perfil socioeconômico do corpo de jurados de Cacoal com os resultados das sessões de julgamento, fazendo crer que o Júri, bem como as demais instituições jurídicas, deve ser analisado no contexto de uma sociedade, pois estas análises e reflexões se dirigem para a busca das condições e possibilidades de uma crítica ao saber, assim como também busca questionar a ótica preconcebida de seus integrantes acerca da tendência de julgamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CEARÁ. TJ Disponível em:

<<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/237/1/Monografia%20Maria%20L%C3%BAcia%20Falc%C3%A3o%20Nascimento.pdf>> Acesso em: 14. nov. 2015.

BRASIL. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE LIVRO: sua Repercussão sobre a Regra de Imunidade Constante do Art. 150, VI, d, da Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://ibet.com.br/monografia/2009-02/Thiago_Barbosa_Wanderley.pdf. Acesso em 01 jun. de 2015.

BRASIL, RO. TJ. Tribunal de Justiça de Rondônia. Projeto Jurado Voluntário. Disponível em <http://www.tjro.jus.br/jurado-voluntario>. Acesso em: 24 de maio de 2016.

_____. <http://tj-ro.jusbrasil.com.br/noticias/2273133/programa-do-tjro-alista-jurados-voluntarios>

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **A CONSTITUIÇÃO E O SUPREMO.**

Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>>. Acesso em 22 out. 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=22377>> Acesso em 10 fev. 2014.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988: sistema tributário**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

DIREITONET. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3855/Os-estereotipos-e-as-aparencias-influenciando-nas-decisoes-dos-jurados-do-Tribunal-do-Juri>. Acesso em: Jun/2016.

JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à justiça**. 3. ed. rev.e ampl. Goiânia: Editora AB, 2010. p.139.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade garantista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

MARQUES, Jader. **Tribunal do júri: considerações críticas à lei 11.689/08 de acordo com as leis 11.690/08 e 11.719/08**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, apud WHITAKER, Firmino. Jury. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1930.

_____. **Tribunal do júri: considerações críticas à lei 11.689/08 de acordo com as leis 11.690/08 e 11.719/08**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 88.

MARQUES, José Frederico. **A instituição do júri**. Campinas: Bookseller, 1997, p.12

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1990.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1946**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1953.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri: crimes e processo**. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Maria Lúcia Falcão. **Tribunal do júri: instituição garantidora dos direitos fundamentais**. 2008. 116 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Especialização em Direito Constitucional, Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC), Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/237/1/Monografia%20Maria%20L%C3%B4cia%20Falc%C3%A3o%20Nascimento.pdf>>. Acesso em: 14. jun. 2016

NASSIF, Aramis. **Júri: instrumento de soberania popular**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Curso de direito constitucional positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

STF – HC – Rel. Ilmar Galvão – RT 739/546.

TUBENCHLAK, James. **Tribunal do júri: contradições e soluções**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 8.

TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri: origem evolução, características e perspectivas**. In: _____. (coord.) **Tribunal do Júri – Estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 11-97.

_____. **Tribunal do júri – estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 22.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO 01

O Presente questionário é parte integrante de um projeto de pesquisa. Os dados obtidos deverão ser divulgados em publicações e reuniões científicas. O sigilo de sua identidade será assegurado. Sua participação, neste trabalho, respondendo às questões a seguir é voluntária. Obrigada.

1) SEXO:

☐ F ☐ M

2) FAIXA ETÁRIA

- ☐ 18 a 25 anos
☐ 25 a 35 anos
☐ 35 a 45 anos
☐ 45 a 55 anos
☐ Mais de 55 anos

3) ESTADO ONDE NASCEU

4) TRABALHA EM EMPREGO

- ☐ PÚBLICO
☐ PRIVADO

5) RENDA MENSAL FAMILIAR

- ☐ Até R\$ 788,00 (1 salário mínimo)
☐ Até R\$ 1576,00 (2 salários mínimos)
☐ Até R\$ 2364,00 (3 salários mínimos)
☐ Até R\$ 3,152,00 (4 salários mínimos)
☐ Até R\$ 3940,00 (5 salários mínimos)
☐ Entre R\$ 4728,00 e R\$ 7,880 (de 6 a 10 salários mínimos)
☐ Mais de R\$ 7.880,00
-

6) SUA FAMÍLIA POSSUI QUAL DESCENDÊNCIA?

☐ PORTUGUÊS

☐ ÁRABE

☐ ALEMÃO

☐ ITALIANO

☐ INDÍGENA

☐ SUL AMERICANO

☐ OUTROS.

QUAL? _____

7 – VOCÊ TEM CONHECIMENTO JURÍDICO ?

☐ SIM

☐ NÃO

SE RESPONDEU SIM, POR QUE?

☐ CURSEI DIREITO

☐ ESTÁ CURSANDO DIREITO

☐ UTILIZA CONHECIMENTO DE DIREITO NO TRABALHO.

☐ OUTRO MOTIVO. QUAL?

8 – VOCÊ GOSTOU DE SER SORTEADO PARA SER JURADO POR QUÊ

☐ NÃO GOSTEI

☐ PODERIA APRENDER ALGO

☐ CURIOSIDADE

☐ PODER ME AFASTAR DO TRABALHO

☐ OUTROS. POR QUÊ?

9 – QUAL A EXPECTATIVA DE SER JURADO? (marcar apenas uma)

- ☐ BOA
 - ☐ RUIM
 - ☐ APRENDER NOÇÕES DE DIREITO PENAL
 - ☐ ESTOU DEIXANDO DE TRABALHAR
 - ☐ TER A RESPONSABILIDADE DE JULGAR.
 - ☐ DIMINUIR DO TEMPO COM A FAMÍLIA
 - ☐ FAZER JUSTIÇA
 - ☐ NÃO QUERIA SERVIR COMO JURADO
 - ☐ CONHECER O TRABALHO DO PODER JURIDÍARIO
 - ☐ TENHO MEDO DO RÉU
 - ☐ CONDENAR ALGUÉM
 - ☐ ABSOLVER ALGUÉM
 - ☐ TENHO DILEMAS DE CONSCIÊNCIA
-

QUESTIONÁRIO 02

O Presente questionário é parte integrante de um projeto de pesquisa. Os dados obtidos deverão ser divulgados em publicações e reuniões científicas. O sigilo de sua identidade será assegurado. Sua participação, neste trabalho, respondendo às questões a seguir é voluntária. Obrigada.

1) DURANTE O JULGAMENTO (OITUVA DE TESTEMUNHAS, INTERROGATÓRIO, FALA DO MP E DA DEFESA), COMO VOCÊ SE SENTIU?

- ☐ TENSO
☐ NERVOSO
☐ ATENTO
☐ TRANQUILO

2) ANTES DE OUVIR OS ARGUMENTOS DO PROMOTOR E DO ADVOGADO, VOCÊ TINHA ALGUMA PRÉVIA DISPOSIÇÃO DE ABSOLVER OU CONDENAR O RÉU?

- ☐ CONDENAR
☐ ABSOLVER
☐ NÃO TINHA DISPOSIÇÃO ALGUMA

3) VOCÊ ACHA QUE AS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO RÉU PODEM INFLUENCIAR O SEU JULGAMENTO?

- ☐ SIM ☐ NÃO
 SE SIM:
 A) ☐ EM RAZÃO DA VESTIMENTA
 B) ☐ FISIONOMIA
 C) ☐ SEXO (MASCULINO OU FEMININO)
 D) ☐ COR (BRANCO, NEFRO PARDO)
 E) ☐ EM RAZÃO DO COMPORTAMENTO DO RÉU DURANTE A SESSÃO
 F) ☐ EM RAZÃO DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DO RÉU.

4) DURANTE A FALA DA ACUSAÇÃO VOCÊ OSCILOU SEU ENTENDIMENTO A RESPEITO DOS FATOS, ORA PENDENDO PELO CONDENACÃO, ORA PELA ABSOLVIÇÃO?

- ☐ SIM ☐ NÃO. TOMEI A DECISÃO DE CONDENAR, ABSOLVER, SOMENTE AO FIM DA EXPOSIÇÃO DA DEFESA DO PROMOTOR.

5) QUAL FOI A INFLUÊNCIA DA ORATÓRIA DO PROMOTOR E DO ADVOGADO NO SEU

JULGAMENTO?
<input type="checkbox"/> MUITA <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> POUCA <input type="checkbox"/> NENHUM, POIS ME PRENDI SOMENTE AOS FATOS.
6) O QUE VOCÊ ACHA A RESPEITO DA FORMA COM QUE O JULGAMENTO OCORRE, MEDIANTE RESPOSTA A QUESITOS, POR MEIO DE VOTAÇÃO?
<input type="checkbox"/> É CONFUSO <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> É SATISFATÓRIO
7) A PENA A QUE O RÉU TERIA QUE CUMPRIR, QUANDO FOI MENCIONADA PELO MP E PELA DEFESA, FOI CONSIDERADA POR VOCÊ:
<input type="checkbox"/> UM JULGAMENTO <input type="checkbox"/> NÃO FOI CONSIDERADA
8) AO FINAL DO JULGAMENTO, VOCÊ CONSIDEROU O RESULTADO E A PENA APLICADA
<input type="checkbox"/> JUSTA <input type="checkbox"/> INJUSTA